

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

LUCCA MEDEIROS DA SILVA

**O ATLÂNTICO SUL COMO ESPAÇO ESTRATÉGICO: ANÁLISE HISTÓRICA E
DESAFIOS GEOPOLÍTICOS**

Porto Alegre

2024

LUCCA MEDEIROS DA SILVA

**O ATLÂNTICO SUL COMO ESPAÇO ESTRATÉGICO: ANÁLISE HISTÓRICA E
DESAFIOS GEOPOLÍTICOS**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientador: Prof^ª. Dr^ª. Analúcia Danilevicz Pereira

Porto Alegre

2024

CIP - Catalogação na Publicação

da Silva, Lucca Medeiros
O Atlântico Sul Como Espaço Estratégico: Análise
Histórica e Desafios Geopolíticos / Lucca Medeiros da
Silva. -- 2024.
84 f.
Orientador: Analúcia Danilevicz Pereira.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) --
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade
de Ciências Econômicas, Curso de Relações
Internacionais, Porto Alegre, BR-RS, 2024.

1. Atlântico Sul. 2. Geopolítica. 3. Transição
Sistêmica. 4. África Ocidental. 5. Brasil. I.
Danilevicz Pereira, Analúcia, orient. II. Título.

LUCCA MEDEIROS DA SILVA

**O ATLÂNTICO SUL COMO ESPAÇO ESTRATÉGICO: ANÁLISE HISTÓRICA E
DESAFIOS GEOPOLÍTICOS**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título Bacharel em Relações Internacionais.

Aprovada em: Porto Alegre, 15 de janeiro de 2024.

BANCA EXAMINADORA:

Prof^ª. Dr^ª. Analúcia Danilevicz Pereira – Orientadora

UFRGS

Prof. Dr. Henrique Carlos de Oliveira de Castro

UFRGS

Prof. Dr. José Miguel Quedi Martins

UFRGS

Aos meus pais, Alexandre e Ângela, e aos meus irmãos, Enzo,
Italo e Ana Clara.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à República Federativa do Brasil pela honra e privilégio de cursar o ensino superior em uma das melhores instituições do país, a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, a qual agradeço pelo financiamento à minha iniciação científica, que despertou meu interesse pelo tema deste trabalho. Espero deparar-me, no futuro, com uma universidade mais consciente de seu dever fundamental na construção e na defesa do desenvolvimento do país e do pensamento estratégico nacional.

Agradeço à Professora Dra. Analúcia Danilevicz Pereira, com a qual tenho a honra de trabalhar e aprender há meia década e cuja orientação foi fundamental não apenas para o desenvolvimento deste trabalho, como também para o meu desenvolvimento pessoal como pesquisador. Não poderia deixar de agradecer, assim, ao Centro Brasileiro de Estudos Africanos (CEBRAFRICA), sob sua coordenação, onde encontrei um espaço para aprender a pesquisar e recebi o suporte necessário para o desenvolvimento dessa pesquisa.

Gostaria de agradecer, ainda, aos demais professores que, assim como minha orientadora, contribuíram com meu desenvolvimento ao longo do curso, são eles: Professor Dr. Henrique Carlos de Oliveira de Castro, Professor Dr. José Miguel Quedi Martins e Professor Dr. Paulo Gilberto Fagundes Visentini. Agradeço, também, ao UFRGS Model United Nations, que possibilitou meu primeiro contato com o campo das Relações Internacionais e foi o ponto de partida da minha graduação.

Agradeço aos meus colegas de pesquisa e amigos Rafaela Serpa e Vinicius Zanchin pelo apoio durante a pesquisa e pelas revisões e sugestões no texto deste trabalho. Agradeço, obviamente, aos amigos que estiveram comigo desde o início da graduação e cuja parceria foi fundamental em todos os momentos: Larissa, Natan, Rafael, Thyago e Vitor, foi uma honra encarar essa jornada ao lado de vocês. Agradeço também aos demais amigos, Gabriela, Lucas, Mariana e Mirella. Sou profundamente grato pela amizade e apoio de todos vocês.

Por fim, agradeço à minha família. Aos meus irmãos Enzo, Italo e Ana Clara agradeço por, apesar dos desentendimentos, serem sempre motivo de minha alegria (por mais que nem sempre eu deixe isso claro). Aos meus pais, Alexandre e Ângela, faço o último agradecimento, dedicando a eles este trabalho e meu diploma. Sem o constante e incansável amor, dedicação e sacrifício de vocês, nada disto faria sentido, tampouco seria possível. Amo-os infinitamente.

“O cruzar do oceano, na ida ou na volta, devia ser para os olhos dos africanos e dos brasileiros como o transpor de um rio” (Costa e Silva, 2022, p.140).

RESUMO

O Atlântico Sul, como espaço geopolítico, foi incorporado às dinâmicas do Sistema Internacional Moderno no século XV, tornando-se um espaço fundamental para o escoamento do comércio internacional e obtenção de recursos naturais estratégicos. Desde então, as grandes potências sempre buscaram se fazer presentes na região, fazendo com que o Atlântico Sul se revestisse de importância estratégica e se tornasse palco dessas disputas entre as grandes potências. Mais que isso, com a evolução política ao longo dos séculos, surgiram Estados independentes na região, criando um novo grau de disputas e complexificando as dinâmicas regionais. Dessa forma, considerando que o Atlântico Sul esteve inserido nas dinâmicas do Sistema Mundial Moderno desde o seu desenvolvimento, o presente trabalho busca entender como as transformações nesse sistema afetaram as dinâmicas geopolíticas da região e como essas dinâmicas vão complexificando-se com o gradual desenvolvimento de novos Estados neste espaço. A hipótese defendida é a de que as dinâmicas capitalistas do sistema relegaram o espaço sul-atlântico à condição de periferia, tendo variado o seu valor estratégico conforme acirraram-se ou refreavam-se as disputas das grandes potências. Dessa forma, o fim da Guerra Fria e da Ordem bipolar levaram a uma nova fase de transição sistêmica, gerando um novo nível de rivalidade entre as grandes potências devido à ausência de ordem. Neste cenário, Rússia e China desafiam a capacidade do Ocidente em uma tradicional zona de influência. Posto isto, o fortalecimento do multilateralismo regional constitui-se como o mecanismo mais eficaz de preservação dos interesses dos Estados regionais. Assim, o objetivo geral deste trabalho consiste na compreensão do significado geopolítico do Atlântico Sul a partir de uma análise histórica que considere a influência das dinâmicas sistêmicas na região. Considera-se como justificativa para este estudo o fato de que o Atlântico Sul e a costa ocidental africana fazem parte do entorno estratégico brasileiro, visando assim contribuir com o pensamento estratégico nacional.

Palavras-chave: Atlântico Sul. Geopolítica. Transição Sistêmica. África Ocidental. Brasil.

ABSTRACT

The South Atlantic, as a geopolitical space, was incorporated into the dynamics of the Modern International System in the 15th century, becoming a crucial area for international trade and the acquisition of strategic natural resources. Since then, great powers have consistently sought to establish their presence in the region, elevating the South Atlantic to strategic importance and making it a stage for disputes among these great powers. Furthermore, as political evolution unfolded over the centuries, independent states emerged in the region, introducing a new level of competition and increasing regional dynamics. Considering that the South Atlantic has been part of the dynamics of the Modern World System since its establishment, this study aims to understand how transformations in this system will impact the geopolitical dynamics of the region and how these dynamics will become more complex with the gradual development of new states in this space. The hypothesis put forth is that the capitalist dynamics of the system relegated the South Atlantic space to the status of a periphery, with its strategic value varying as disputes among great powers intensified or diminished. Thus, the end of the Cold War and the bipolar order led to a new phase of systemic transition, generating a new level of rivalry among great powers due to the absence of an order. In this scenario, Russia and China are challenging the West's capacity in a traditional sphere of influence. Therefore, the strengthening of regional multilateralism is considered the most effective mechanism for preserving the interests of regional states. Consequently, the overall objective of this study is to comprehend the geopolitical significance of the South Atlantic through a historical analysis that takes into account the influence of systemic dynamics in the region. The reason for this study lies in the fact that the South Atlantic and the West African coast are part of Brazil's strategic environment, aiming to contribute to national strategic thinking.

Keywords: South Atlantic. Geopolitics. Systemic Transition. West Africa. Brazil.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Entorno estratégico brasileiro.....	15
Figura 2 – Presença Europeia no Atlântico Sul em 1750.....	23
Figura 3 – Projeção Geopolítica do Império Brasileiro no Atlântico Sul.....	29
Figura 4 – As rotas de Suez e do Panamá.....	35
Figura 5 – Presença colonial europeia na África e América do Sul em 1914.....	36
Figura 6 – A Batalha das Ilhas Malvinas (1914).....	40
Figura 7 – A Batalha do Atlântico na IIª Guerra Mundial.....	41
Figura 8 – Amazônia Azul.....	57
Figura 9 – Guerra das Malvinas.....	59
Figura 10 – Países membros da ZOPACAS.....	62
Figura 11 – Presença militar de atores externos.....	67

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AFRICOM	United States Africa Command
AGNU	Assembléia Geral das Nações Unidas
BRI	Belt and Road Initiative
CGG	Comissão do Golfo da Guiné
CPLP	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
CSNU	Conselho de Segurança das Nações Unidas
EGN	Escola de Guerra Naval
ELP	Exército de Libertação Popular
ESG	Escola Superior de Guerra
EUA	Estados Unidos da América
FAB	Força Aérea Brasileira
FNLA	Frente Nacional de Libertação de Angola
FUNAG	Fundação Alexandre de Gusmão
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
MPLA	Movimento Popular de Libertação de Angola
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OCX	Organização para Cooperação de Xangai
ONU	Organização das Nações Unidas
OPA	Operação Pan-Americana
OPEP	Organização dos Países Produtores de Petróleo
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
OTAS	Organização do Tratado do Atlântico Sul
PALOP	Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
PEI	Política Externa Independente
RPC	República Popular da China
SADC	<i>Southern African Development Community</i>
SWAPO	Southwest Africa People's Organization
TIAR	Tratado Interamericano de Assistência Recíproca
TNP	Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares

UA	União Africana
UE	União Europeia
UNITA	União Nacional para a Independência Total de Angola
UNAVEM I	United Nations Angola Verification Mission I
UNASUL	União das Nações Sul-Americanas
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
ZOPACAS	Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
2 A FORMAÇÃO DO SISTEMA MUNDIAL MODERNO E O ATLÂNTICO SUL	17
2.1 A INSERÇÃO DO ATLÂNTICO SUL NO SISTEMA MUNDIAL (1400 - 1815)	22
2.2 A PAX BRITÂNICA, O BRASIL E A ÁFRICA OCIDENTAL (1815 - 1885)	25
3 AS TRANSFORMAÇÕES SISTÊMICAS DO LIMIAR DO SÉCULO XX E SEUS IMPACTOS NO ATLÂNTICO SUL	31
3.1 O “VAZIO DE PODER” E A COLONIZAÇÃO DO ESPAÇO AFRICANO	34
3.2 O DECLÍNIO BRITÂNICO E A PAX AMERICANA	38
4 A DESCOLONIZAÇÃO DA ÁFRICA E A (RE)CONSTRUÇÃO DAS RELAÇÕES REGIONAIS SUL-ATLÂNTICAS (1950 - 1990)	46
4.1 A EMANCIPAÇÃO AFRICANA E A POLÍTICA BRASILEIRA PARA A ÁFRICA	47
4.2 OS PONTOS DE TENSÃO E A CONSTRUÇÃO DO MULTILATERALISMO SUL-ATLÂNTICO	55
5 O FIM DA ORDEM BIPOLAR E OS NOVOS DESAFIOS GEOPOLÍTICOS DO ATLÂNTICO SUL	64
6 CONCLUSÃO	75
REFERÊNCIAS	78

1 INTRODUÇÃO

Desde a expansão europeia para o continente americano no século XV, o Oceano Atlântico e, principalmente, a região do Atlântico Sul têm sido um espaço no qual as grandes potências sempre estiveram presentes. Não obstante, contemporaneamente, a garantia de acesso, livre navegação e exploração das vantagens proporcionadas pela presença no Atlântico Sul têm gerado o aumento da insegurança na região em diferentes níveis, a exemplo de conflitos com os principais atores estatais regionais, como o da Guerra das Malvinas (1982), e do aumento dos crimes transnacionais, como a pirataria e a pesca ilegal. Considerando esses aspectos, o presente estudo se propôs a compreender a importância do Atlântico Sul na geopolítica mundial, dado o seu posicionamento no Sistema Internacional.

O espaço sul-atlântico, portanto, se reveste de significado estratégico diante das crises e mudanças internacionais. Assim, pode-se observar que a disputa por influência na região se exacerba nos períodos em que há ausência de um poder ordenador no Sistema Internacional. Entende-se que o final da Guerra Fria deu espaço para uma fase de crise sistêmica e ausência de ordem internacional (Mearsheimer, 2020). A partir da análise das relações de poder que caracterizaram a evolução do Sistema Mundial Moderno, pode-se verificar que antes da consolidação da Ordem liberal britânica (Pax Britânica) e no momento de crise e transição dessa Ordem para a Ordem bipolar americana (Pax Americana), houve um acirramento da disputa pela presença na região por parte das grandes potências. Com a queda da União Soviética e o consequente fim da Pax Americana e de sua Ordem bipolar, o Atlântico Sul voltou a ser uma região de disputa.

A atual competição na região pode ser observada, especialmente, na dimensão econômico-comercial e estratégico-militar. Iniciativas como a dos Estados Unidos, ao reativar a IV Frota (destinada à patrulha do Atlântico Sul) e a criação do *US Africa Command* (AFRICOM), refletem o significado estratégico da região. Estados Unidos da América (EUA), Reino Unido e a França investem em acordos de cooperação com países do Golfo da Guiné (ricos em recursos energéticos), além da presença militar na região, justificada pelo combate à pirataria e contensão do terrorismo (González, 2018). A presença de bases militares americanas, francesas e britânicas é notável, havendo expressiva e consolidada presença britânica nas ilhas do Atlântico

Sul e a abalada, mas não menos notável, presença francesa nas bases militares existentes também na Guiana Francesa (Pereira, 2016).

Para além das tradicionais potências ocidentais que buscam se reafirmar na região, outras potências como a Rússia e a República Popular da China (RPC) vêm se inserindo no espaço sul-atlântico. Podemos observar que o continente africano e a presença no Atlântico Sul, novamente, compõem a visão estratégica da Rússia. A RPC, a seu turno, se insere na região do Golfo da Guiné buscando promover o desenvolvimento econômico, considerando o mesmo fundamental para a paz e a estabilidade, realizando grandes obras de infraestrutura e concedendo empréstimos (Visentini, 2022). Ademais, o trabalho utiliza a delimitação geográfica apresentada por Pereira (2013, p. 35), que compreende a área entre Cabo de São Roque (Brasil), Guiné Bissau, Península Antártica e Terra de Maud¹. A figura abaixo, retirada da Marinha Brasileira, demonstra aproximadamente o espaço que constitui a região segundo a definição adotada.

Figura 1: Entorno estratégico brasileiro



Fonte: Brasil (2020)

A pergunta norteadora se define da seguinte forma: considerando que o Atlântico Sul, como espaço político-econômico, esteve inserido nas dinâmicas do Sistema Mundial Moderno

¹ “É importante mencionar que o Atlântico Sul compreende quatro grandes arquipélagos e ilhas de tamanhos e importância diferentes, bem como nacionalidades distintas, com uma extensa costa litorânea que cobre parte do continente americano, africano e antártico. A costa africana se estende de Guiné-Bissau ao Cabo, com mais de 7.800 km [...]. Já a costa americana inicia no Cabo de São Roque, no nordeste brasileiro, e se prolonga até o Cabo da Terra do Fogo. Sua extensão é de 9.000 km [...]. Por fim, a costa antártica se estende desde a Península Antártica até a Terra de Maud” (Pereira, 2013, p. 35).

desde a sua origem, como as transformações nesse sistema vão afetar as dinâmicas geopolíticas da região e como essas dinâmicas vão complexificando-se com o gradual desenvolvimento de novos Estados neste espaço?

A hipótese defendida é a de que o desenvolvimento do capitalismo nas suas diferentes fases afetou o espaço atlântico e suas dinâmicas geopolíticas. Como hipóteses secundárias, defende-se que: I) conforme aumentam ou diminuem as disputas das grandes potências, há variação no valor estratégico da região; II) os ciclos de expansão colonial que caracterizam o sistema capitalista e as independências desses espaços no contexto das guerras entre as grandes potências (América do Sul após as Guerras Napoleônicas, África após as Guerras Mundiais) dotam a região de novos agentes estatais que tornam as dinâmicas regionais cada vez mais complexas; III) o período da Guerra Fria foi marcado pela construção de dinâmicas de intercâmbio regional entre ambas as margens do Atlântico Sul, tornando-se o ponto de partida para a constituição das organizações multilaterais sul-atlânticas; IV) o fim da Guerra Fria e da Ordem bipolar levam a uma nova fase de transição sistêmica, gerando um novo nível de rivalidade entre as grandes potências devido à ausência de ordem. Neste cenário, Rússia e China desafiam a capacidade do Ocidente em uma tradicional zona de influência. Posto isto, o fortalecimento do multilateralismo regional constitui-se como o mecanismo mais eficaz de preservação dos interesses dos Estados regionais.

O objetivo geral da pesquisa é analisar o significado geopolítico do Atlântico Sul e de que maneira as disputas das grandes potências influenciam nas dinâmicas regionais. Os objetivos específicos, por sua vez, consistem em: I) examinar como as transformações sistêmicas impactam sobre a geopolítica da região; II) analisar os padrões históricos da presença das grandes potências Ocidentais no espaço sul-atlântico; III) investigar como se desenvolveram as dinâmicas entre os estados sul-atlânticos e como sua constituição complexificou as dinâmicas geopolíticas da região; e IV) analisar a presença de novos atores extrarregionais e compreender as dinâmicas securitárias, considerando os desafios e oportunidades para os Estados da região e seus fóruns multilaterais. Dessa forma, o trabalho consiste em uma análise qualitativa, valendo-se da revisão bibliográfica como técnica de pesquisa, adotando, ainda, o método hipotético-dedutivo.

Por fim, o presente estudo se justifica na necessidade de compreender a histórica importância geopolítica do Atlântico Sul para as grandes potências, tendo em vista o valor que o Atlântico Sul tem para o Brasil como seu entorno estratégico.

2 A FORMAÇÃO DO SISTEMA MUNDIAL MODERNO E O ATLÂNTICO SUL

Ao longo dos últimos cinco séculos, o Sistema Internacional passou por uma profunda transformação. O Antigo Sistema Mundial era constituído por um mosaico de impérios regionais com pouca, ou nenhuma, ligação entre si. Funcionavam de tal maneira que cada Império era como um bloco mecânico², em cujo entorno gravitavam uma série de reinos menores e hordas nômades no sistema de vassalagem. O “mundo” era restrito, ou seja, não havia de fato um sistema mundial, tendo em vista a ausência de uma estrutura político-econômica, ou até mesmo ideológica, verdadeiramente mundial e abrangente. De acordo com Fossaert (1991, p. 47):

Um sistema mundial de tipo antigo é um isolat granuloso. Um isolat, porque é um mundo fechado que o comércio de longa distância mal entreabre e que, tardiamente, se avizinha passivamente de outros mundos, salvo quando a expansão de um império que se tornou muito poderoso lhe permite integrar outros impérios até então afastados, mas que o seu crescimento aproximou. O isolamento pode também romper-se por implosão de um vasto império, cujo desabamento provoca pouco a pouco ondas de povos migradores e de Estados que lhe sucedem. Afora estas crises recorrentes mais raras, os impérios permanecem isolados. Cada um deles é um granulado de países ou de províncias entre os quais a circulação dos homens e dos produtos é muito reduzida, fora as necessidades do exército e dos outros aparelhos. E, em suma, um mosaico de economias pequenas e não o embrião de uma espécie de mercado nacional.

O fim da Idade Média europeia, seguido do desenvolvimento mercantil que culminaria na criação dos Estados Nacionais Modernos, e do próprio Capitalismo, transformou totalmente o cenário mundial. Isso ocorre pois, gradualmente, o Sistema Antigo será suplantado pela nova estrutura internacional que se constituiu, um Sistema Internacional Moderno. A superação da realidade político-econômica do medievo foi fundamental para alçar aquelas sociedades rurais às realidades de potências nos séculos seguintes (Wallerstein, 2001).

A baixa produtividade econômica, o estancado desenvolvimento tecnológico, assim como o crescimento demográfico acentuado, que de maneira conjunta provocaram uma crise societária profunda na Europa, desestruturaram o sistema feudal. Resultante disto, estando postas as condições materiais e imateriais, a periferia agrária europeia foi impulsionada a investir na

² De acordo com Fossaert (1991, p.43), “Gramsci apresenta naturalmente a antiga Roma como ‘um bloco mecânico de grupos sociais frequentemente de raças diferentes’, quer dizer, um empilhamento de povos distintos entre os quais as ligações orgânicas, tais como o mercado ou a nação ainda não existem. Um bloco em que ‘a pressão político-militar’, que garante as levas de homens e o lançamento de impostos e o respeito dos deuses que agradam ao príncipe, pode ‘tomar uma forma aguda em certos momentos’, sem que os povos submetidos percam, por isso, a sua vida própria e as suas instituições específicas”.

expansão marítima — com objetivos comerciais — e permitir que ali se desenvolvesse o sistema capitalista (Anderson, 2016; Sweezy, 1977).

Segundo Wallerstein (2001), este Sistema surge durante o longo século XVI, na Europa e América (e, conseqüentemente, no Atlântico) e, a partir disso, expande-se até se tornar um sistema global. Esse sistema é fundamentalmente capitalista, ou seja, seu surgimento e expansão são frutos do próprio surgimento e expansão das dinâmicas capitalistas que se estabelecem na Europa com o fim da Idade Média. A transição do feudalismo para o sistema capitalista teve como uma de suas características a expansão marítima dos nascentes Estados Nacionais da Europa Ocidental (Wallerstein, 1979).

A consolidação dessas estruturas político-econômicas centralizadas foi fundamental para a expansão do comércio interno e externo, potencializando e uniformizando o fluxo de mercadorias. Observa-se que esses Estados absolutistas possibilitaram as expedições mercantis que permitiram a expansão e o próprio desenvolvimento deste novo Sistema. Anderson (2016, p. 42) demonstra o papel fundamental que os Estados Absolutistas, que emergiram das unificações nacionais na Europa durante o declínio das estruturas feudais, tiveram no desenvolvimento do mercantilismo e, conseqüentemente, na acumulação primitiva necessária para o desenvolvimento capitalista:

O Estado absolutista centralizou cada vez mais poder político e se empenhou em instituir sistemas jurídicos mais uniformes[...], eliminou um grande número de barreiras internas ao comércio e patrocinou tarifas externas contra competidores estrangeiros [...], proporcionou ao capital usurário investimentos lucrativos, ainda que arriscados, em finanças públicas [...], mobilizou a propriedade rural por meio do confisco das terras eclesiais[...], ofereceu sinecuras rentáveis na burocracia [...] e patrocinou empreendimentos coloniais e companhias de comércio. Em outras palavras, o Estado absolutista cumpriu certas funções parciais na acumulação primitiva necessária ao triunfo ulterior do modo de produção capitalista. As razões pelas quais pôde desempenhar esse papel "dual" residem na natureza específica do capital mercantil ou manufatureiro: como nenhum deles se baseava na produção em massa característica da indústria mecanizada, nenhum dos dois exigia, por si mesmo, uma ruptura radical com a ordem agrária feudal que ainda englobava a vasta maioria da população.

Tendo compreensão dos processos que levaram à superação das estruturas medievais na Europa e, conseqüentemente, ao nascimento do Capitalismo — elemento fundamental do Moderno Sistema Mundial que, gradativamente, tornar-se-ia global — podemos abordar uma outra característica desta estrutura. Além de ser essencialmente capitalista, outra característica basilar do Sistema Mundial Moderno é o fato de que ele é hierarquizado, havendo uma clara

diferença de poder e capacidades entre o centro desenvolvido desse sistema e a sua periferia agrária-exportadora. Partindo dessa perspectiva, podemos observar como a região do Atlântico Sul se comportou como periferia desde sua inserção nas dinâmicas sistêmicas ao longo do século XVI e entender, assim, preliminarmente, que o motivo de haver sempre disputas das grandes potências na região é devido ao fato de a mesma ser uma periferia estratégica para estes atores (Wallerstein, 1979).

Assim, o Atlântico Sul esteve inserido em maior ou menor grau nas disputas entre as grandes potências em diferentes fases sistêmicas: Portugal, Espanha, Holanda e França (do século XV ao XVIII), durante o período de formação do Sistema Mundial Moderno. Grã-Bretanha (século XIX) durante a Ordem liberal da Pax Britânica e, com o fim desta, Estados Unidos (EUA), Alemanha e União Soviética (URSS) durante o período de crise e transição que levam à Guerra Fria. É interessante observar que, apesar de surgirem novos atores, os antigos permanecem, mesmo que seja com influência reduzida. Dessa forma, o presente capítulo busca apresentar o histórico das disputas entre as potências externas por se fazerem presentes na região, demonstrando ao longo do texto que o acirramento das disputas ocorre nos momentos em que há ausência de Ordem.

Arrighi (1996, p. 27) define hegemonia mundial como a “capacidade de um Estado exercer funções de liderança e governo sobre um sistema de nações soberanas”, ou seja, de estabelecer uma Ordem. No entanto, essa capacidade não se constitui apenas de uma dominação simples, devendo ser uma liderança intelectual e moral, que promove valores universais. Arrighi (1996, p. 28) segue, afirmando que a definição extraída de Gramsci (2003) é uma reformulação da concepção dada por Maquiavel (2014) sobre poder, que combina elementos de consentimento e de coerção para se assegurar em posição de dominância. Em sequência, Arrighi (1996, p. 29) afirma que:

As hegemônias mundiais, como aqui entendidas, só podem emergir quando a busca do poder pelos Estados inter-relacionados não é o único objetivo da ação estatal. Na verdade, a busca do poder no sistema interestatal é apenas um lado da moeda que define, conjuntamente, a estratégia e a estrutura dos Estados enquanto organizações. O outro lado é a maximização do poder perante os cidadãos.

Arrighi e Silver (2001) aprofundam em obra conjunta as discussões sobre hegemonia, mantendo suas definições descendentes da linha gramsciana, e entendem que há uma diferença

entre dominação e liderança, sendo a última característica da hegemonia. Enquanto na dominação o uso da força é o motor da ação, uma hegemonia estabelece-se na capacidade daquele *hegemon* em apresentar-se como um “porta-voz” do interesse geral e “advogado” da causa comum daqueles competidores.

A hegemonia, portanto, é mais do que a dominação pura e simples, e diferente dela: é o poder adicional que compete a um grupo dominante, em virtude de sua capacidade de conduzir a sociedade em uma direção que não apenas atende aos interesses desse grupo dominante, mas é também percebida pelos grupos subalternos como servindo a um interesse mais geral. É o inverso da ideia de "deflação do poder", usada por Talcott Parsons para designar as situações em que o controle governamental não pode ser exercido, a não ser pelo uso difundido ou pela ameaça de uso da força. Quando os grupos subordinados confiam em seus governantes, os sistemas de dominação podem ser regidos sem recorrer à força. Mas não conseguem fazê-lo quando essa confiança diminui (1964). Por analogia, pode-se dizer que a ideia de hegemonia de Gramsci consiste na "inflação do poder" que decorre da capacidade de os grupos dominantes apresentarem sua dominação com credibilidade, como algo que atende não apenas a seus interesses, mas também aos dos grupos subordinados (Arrighi; Silver, 2001, p. 36).

Conclui-se, com o exposto, que deve haver uma legitimação ideológico-moral que venha acompanhada pelo domínio econômico-militar exercido pelo *hegemon*, justificando-o e reafirmando seu papel como líder, possibilitando que o mesmo ordene o sistema, ou seja, estabeleça uma Ordem. É importante perceber, também, que essa liderança está calcada no consenso, ou seja, ela se estabelece com o consenso dos demais atores que atuam como competidores do novo *hegemon*.

Uma Ordem, a seu turno, é definida por Mearsheimer (2019) como uma série de instituições (compreendendo instituições, tratados e legislações) internacionais que são organizadas visando a governança no Sistema Internacional. Essas instituições são organizadas e financiadas pelas grandes potências para promover uma série de regras de convivência que são, naquele momento, de seu interesse.

As instituições internacionais, que são os blocos de construção das ordens, são efectivamente regras que as grandes potências concebem e concordam em seguir, porque acreditam que obedecer a essas regras é do seu interesse. As regras prescrevem tipos de comportamento aceitáveis e proibem formas de comportamento inaceitáveis. Não é de surpreender que as grandes potências elaborem essas regras para servir os seus próprios interesses. Mas quando as regras não estão de acordo com os interesses vitais dos

Estados dominantes, esses mesmos Estados ou as ignoram ou as reescrevem³ (Mearsheimer, 2019, p. 9, tradução própria).

Ainda na definição de Mearsheimer (2019), as Ordens podem conter uma série variada de instituições, não se restringindo apenas às questões de defesa, mas abrangendo também (e principalmente) regulações econômicas e políticas, além obviamente das de defesa e segurança. O autor considera que as Ordens são indispensáveis no Sistema Internacional pois elas organizam as relações interestatais no Sistema e permitem que as Grandes Potências (e principalmente o *hegemon*) definam as instituições e regras que lhes beneficiem frente aos demais Estados mais fracos, de maneira que mantenham suas vantagens sobre esses atores menores.

Um bom exemplo deste fenômeno são os esforços das superpotências durante a Guerra Fria para construir um regime de não-proliferação. Para esse efeito, em 1968, a União Soviética e os Estados Unidos conceberam o TNP, o que tornou efectivamente ilegal a aquisição de armas nucleares por qualquer Estado-Membro que não possuísse armas nucleares. Naturalmente, a liderança em Moscovo e Washington fez um grande esforço para conseguir que o maior número possível de Estados aderissem ao TNP⁴ (Mearsheimer, 2019, p. 11, tradução própria).

Por fim, o autor nos diz que as instituições de uma Ordem não são instrumentos com “vida própria”, ou seja, não são factíveis sem o aval das Grandes Potências e, portanto, não têm poder impositivo sobre as mesmas, pelo contrário, depende de sua chancela. Assim, entende-se que essas instituições e normas estabelecidas pelas grandes potências (lideradas pelo *hegemon*) incidem de fato apenas sobre os atores menos poderosos (Mearsheimer, 2019). Com isto, voltamos ao início do presente capítulo, onde afirmou-se que o Sistema Internacional é hierarquizado. Apesar de Mearsheimer não trabalhar com os conceitos de Centro e Periferia, as análises de Wallerstein e Arrighi elucidam a distribuição de poder no Sistema Internacional.

³ Do original: “International institutions, which are the building blocks of orders, are effectively rules that the great powers devise and agree to follow, because they believe that obeying those rules is in their interest. The rules prescribe acceptable kinds of behavior and proscribe unacceptable forms of behavior. Unsurprisingly, the great powers write those rules to suit their own interests. But when the rules do not accord with the vital interests of the dominant states, those same states either ignore them or rewrite them”.

⁴ Do original: “A good example of this phenomenon is the superpowers’ efforts during the Cold War to build a nonproliferation regime. Toward that end, in 1968 the Soviet Union and the United States devised the NPT, which effectively made it illegal for any member state that did not have nuclear weapons to acquire them. Naturally, the leadership in Moscow and Washington went to great lengths to get as many states as possible to join the NPT”.

2.1 A INSERÇÃO DO ATLÂNTICO SUL NO SISTEMA MUNDIAL (1400 - 1815)

A expansão europeia para o espaço sul-atlântico representa a própria inserção deste espaço nas dinâmicas mercantilistas que se desenvolviam no continente europeu. A centralização política, a institucionalização do absolutismo e o posicionamento geográfico “voltado ao mar” foram fatores importantes para compreender o pioneirismo lusitano na exploração do Atlântico (Penha, 2011). Alencastro (2000) considera, ainda, que a ameaça constante de invasão e incorporação que Portugal sofria, principalmente, por parte de Espanha, foi outro fator para que este Estado estivesse à frente do movimento de exploração do Atlântico.

Com isso, desenvolveu-se uma série de estudos e políticas voltadas à possibilização da navegação que fizeram com que, em 1434, os navios portugueses cruzassem o Cabo Bojador, após 15 anos de tentativas. De acordo com Alencastro (1998, p. 2), a ocupação territorial que ocorreu antes de 1934, das Ilhas Madeira, entre 1418-26, se deve ao que o autor chama de “expansionismo preemptivo”, no qual Portugal antecipava-se em ocupar territórios que poderiam vir a ser ocupados pela Espanha:

A expansão ultramarina portuguesa brota no seio de um reino periodicamente posto em risco. Num Estado submetido à pressão política espanhola e, mais tarde, à coerção econômica inglesa. Neste contexto, a Coroa lusitana engendra um expansionismo preventivo – “preemptivo” -, engatilhado para ganhar territórios do além-mar que poderiam vir a ser ocupados por Madri [...].

O concerto geopolítico que vai garantir a predominância portuguesa sobre o Atlântico Sul, que Penha (2011, p. 29) apresenta como “*Pax Lusitana*” ou seja, período no qual Portugal foi o ator preponderante na região, foi afiançado pelo papado, visando garantir legitimidade àqueles documentos que repartiam o “novo mundo” entre os rivais ibéricos e que, nos séculos seguintes, seriam contestados por outros atores que desejavam inserir-se na região e desfrutar das vantagens do comércio atlântico.

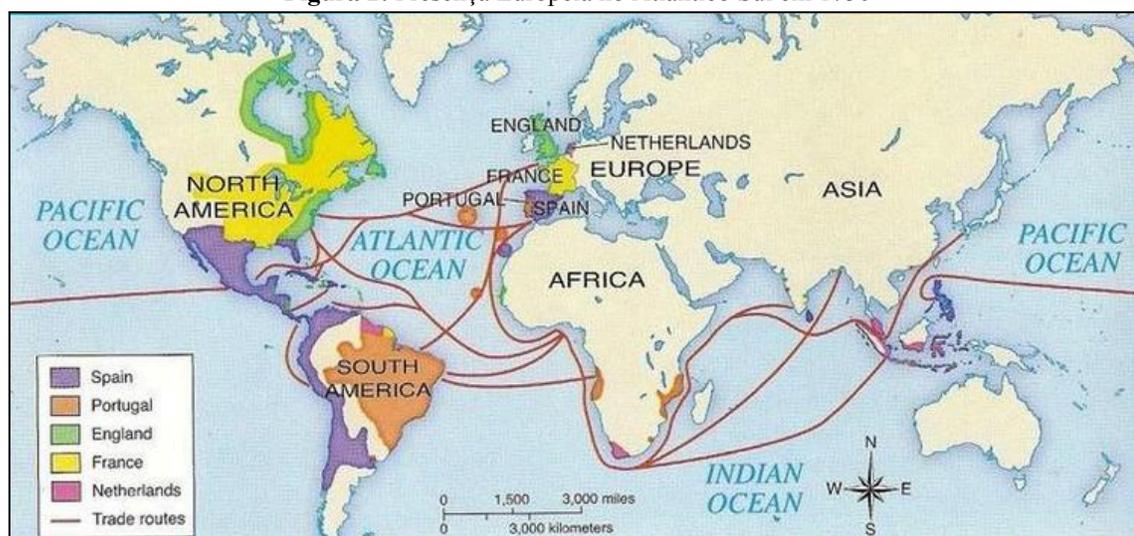
Com o estabelecimento do Tratado de Tordesilhas, os impérios português e espanhol vão organizar seu empreendimento colonial e expansionista de maneira diferente. Enquanto Espanha buscava uma ocupação territorial rápida, calcada na rapinagem dos antigos impérios americanos, Portugal não se interessava tanto pela penetração territorial, e sim na exploração das

possibilidades comerciais e mercantis de ambas as margens do Atlântico, o que garantiu para Portugal também a consecução de uma estratégia marítima (Coradini, 2022).

Os portugueses por seu turno, em seus empreendimentos marítimos, não tinham, como os espanhóis, a meta de ocupar e conquistar novos territórios. O objetivo maior era o de estabelecer uma rede de postos de comércio e militar com o intuito de comercializar mercadorias destinadas a Lisboa e à Europa. Semelhantes aos fenícios e cartagineses, os portugueses ocupavam somente um certo número de pontos sobre as costas sem, contudo, penetrar pelo interior, constituindo primeiro um projeto de conquista de conteúdo estritamente marítimo [...] (Penha, 2011, p. 28).

Dessa forma, a “vocação atlântica” de Portugal foi aceita pelas elites políticas do reino. Isso ocorre com a perda de suas posições no Índico frente ao avanço holandês naquela região ao longo do século XVII, havendo a necessidade da concentração de forças no espaço sul-atlântico, haja vista o desafio imposto também neste espaço pelos holandeses na ocupação de territórios no Brasil e em Angola (Penha, 2011; Coradini, 2022).

Figura 2: Presença Europeia no Atlântico Sul em 1750



Fonte: Khan Learning (n.d.)

A expansão comercial holandesa para esta região, de acordo com Wallerstein (1974), se deu a partir da criação da Companhia Holandesa das  ndias Ocidentais que, diferente do empreendimento batavo para o oriente, é uma “mistura beligerante de comércio e religião” (Wallerstein, 1974, p. 58) que lançou as bases do comércio triangular que caracterizaria a dinâmica comercial sul-atlântica até a emancipação política sul-americana. O autor sinaliza,

ainda, que essa estrutura organizada pelos holandeses teria seus frutos colhidos pelos mercadores anglo-franceses pois organizar essa cadeia de comércio levou tempo até torná-la organizada e rentável e, quando isso ocorreu, os holandeses já estavam em declínio e foram perdendo espaço para os franceses e os ingleses.

O que aconteceu foi simplesmente que após a fundação da Companhia das Índias Ocidentais, em 1621, os holandeses procuraram expandir-se no Atlântico durante o quartel seguinte. Fundaram Nova Amesterdão, conquistaram o Nordeste do Brasil tomando-o aos portugueses (espanhóis), e numa segunda tentativa capturaram Elmina, na África Ocidental, e depois Luanda, em Angola. Contudo, na primeira guerra anglo-holandesa (1652-1654), os portugueses (agora novamente independentes dos espanhóis) reconquistaram o Brasil; e na segunda guerra anglo-holandesa os holandeses perderam Nova Amesterdão e alguns fortes na África Ocidental (Wallerstein, 1974, p. 59).

De acordo com Penha (2011), a ocupação de Recife e o controle da produção e transporte do açúcar lá produzido por parte da Companhia das Índias Ocidentais levou, em 1640, os holandeses a ocuparem Angola para controlar também o tráfico de escravos para os engenhos de açúcar de Recife. Observa-se que a organização de expedições a partir do Rio de Janeiro e da Bahia para expulsão dos holandeses de Angola, que obteve êxito em 1648, fez com que ocorresse uma primeira aproximação entre essas duas margens do Atlântico.

Além do desafio holandês à presença portuguesa na costa americana do Atlântico Sul, outro ator que ocupou territórios no Brasil foi a França. Foram feitas duas tentativas de estabelecimento de colônias francesas no Brasil, sendo a primeira a França Antártica, no Rio de Janeiro, entre os anos de 1555 e 1560, e a segunda a França Equinocial, no Maranhão, com duração ainda menor se entendendo de 1612 a 1615. Ambas tentativas francesas de estabelecer colônias no lado americano do Atlântico Sul foram frustradas pelas expedições de reconquista dos portugueses, levando ao estabelecimento da colônia da Guiana Francesa no ano de 1643, já havendo presença anterior na região que se formalizou nesta data com a fundação de Caiena (Fausto, 2018).

Na costa africana, no mesmo período, os franceses logram êxito em iniciar o processo de colonização da região do Senegal, onde estabeleceram entrepostos comerciais e garantiam sua presença na região que, no futuro, seria expandida (Coradini, 2022). Além das já mencionadas presenças francesa, portuguesa, espanhola e batava, a região da costa ocidental africana veria ainda o estabelecimento de entrepostos suecos, dinamarqueses, brandemburgueses e ingleses, que

buscavam presença na região para poder atuar nas atividades oriundas do comércio triangular (Visentini; Ribeiro; Pereira, 2014, p. 44)

2.2 A PAX BRITÂNICA, O BRASIL E A ÁFRICA OCIDENTAL (1815 - 1885)

O principal ator extrarregional que se fez presente no espaço sul-atlântico, e que superou o ordenamento imposto pelos portugueses na região, foi o Reino Unido, antes de 1707 apenas Inglaterra. De acordo com Penha (2011, p. 43), o poderio marítimo britânico estava calcado em três princípios basilares “domínio das rotas marítimas, conquista de novas áreas e expansão do comércio marítimo”, estando apoiada no desenvolvimento do comércio sob os auspícios do liberalismo e nas inovações técnicas introduzidas pela Iª Revolução Industrial, como o motor à vapor que transformou o poder naval.

Ao longo do século XVIII os britânicos vinham ampliando seu domínio naval e comercial, começando pelo Atlântico Norte, confrontando espanhóis, franceses e holandeses, e adquirindo o controle sobre uma série de territórios continentais e insulares, seja pela via diplomática ou pela via militar. Oliveira (1994) considera o evento da derrota franco-espanhola na Batalha de Trafalgar (1808) como um evento decisivo no estabelecimento dos princípios da *Pax Britannica* e de seu projeto geopolítico de soberania das rotas marítimas.

A ascensão dos navios a vapor potencializou a presença britânica nos mares não só pelo fato de que, obviamente, era uma embarcação superior às anteriores, mas também pela necessidade que vinha implícita: a necessidade de abastecimento. Desta forma, a apropriação de uma série de ilhas ao redor do mundo (domínio exercido até hoje) garantiria os locais para apoio e abastecimento das embarcações. Ainda, essa presença constante e volumosa colocou os britânicos na posição de “polícia dos mares”, função que passou a “ser aceita” internacionalmente, trazendo aqueles elementos de coesão e consentimento citados anteriormente, característicos do conceito hegemônico gramsciano.

Os britânicos se mostraram hábeis na maneira como se inseriram no Atlântico Sul, espaço cujo ator preponderante era Portugal, com o qual o Reino Unido fez uma série de acordos comerciais, que foram eficazes para uma investida não militar na região, e sim diplomático-comercial que, a longo prazo, possibilitou o domínio sobre esse espaço. Penha (2011) afirma que um dos objetivos britânicos era substituir o domínio espanhol na Bacia do Rio

da Prata no contexto das independências dessa região. No entanto, derrotados sucessivamente pela esquadra espanhola, focaram sua ação na expansão econômico-comercial, apoiando os novos Estados e colocando-se como aliado, na intenção de obter vantagens econômicas. Penha (2011, p. 45) afirma que

Assim, a estratégia britânica no Atlântico Sul exigiu um misto de ação de seu poder naval visando objetivos políticos, e o domínio dos meios de transportes para a consecução dos objetivos econômicos, estes voltados, sobretudo, para o fortalecimento do seu poderio industrial na região e, ao mesmo tempo, impedir a participação de outras nações europeias (em particular a França) no comércio regional. Com isso, a marinha mercante da Grã-Bretanha, bem como o seu poderio naval, passou a ser dominante no Atlântico Sul, representando o apoio indispensável para o exercício da sua supremacia na região. A supremacia marítima britânica se consolidou a partir de duas formas principais: a primeira que visava o domínio das rotas, via controle de estreitos, passagens e a utilização de portos e aquisição de ilhas para o estabelecimento de bases navais; e a segunda voltada à supressão do tráfego comercial entre o Brasil e o continente africano, apontando diretrizes para a futura colonização da África.

O trecho acima nos permite compreender o papel desempenhado pelo Brasil na estratégia britânica, e o embate que surgirá entre esses dois atores quando se dá a independência do Brasil. O Tratado de Methuen (1703) deu aos britânicos acesso aos portos brasileiros, tendo o do Rio de Janeiro, que à época era o mais importante do espaço sul-atlântico, se transformado em um importante entreposto britânico no caminho para o continente asiático, principalmente para o espaço indiano, antes da conquista da Cidade do Cabo em 1806.

Os portos do império português também tinham importância estratégica para os britânicos. Na China e na Índia eles ajudaram os britânicos a frustrar planos franceses. A colonização da Austrália também beneficiou-se do suporte logístico fornecido pelos portos brasileiros, particularmente pelo do Rio de Janeiro. Em 1808, o ano da chegada da corte portuguesa, o Rio tornou-se sede do quartel general da base sul-americana da Marinha Real Britânica. Nas costas da América do Sul, a principal atribuição da Marinha Real era proteger a navegação britânica contra interferências tanto de governos soberanos como de piratas; a Marinha deveria, também, participar da campanha contra o tráfico de escravos (Martins, 2004).

Bauss (1981) considera ainda a presença britânica no Rio de Janeiro como fundamental para enfraquecer o domínio espanhol na Bacia do Prata, sendo, então, o Rio de fato a “cidade maravilhosa” para os britânicos entre durante XVIII até o fim das Guerras Napoleônicas e a consolidação da Pax Britânica. O domínio das ilhas do Atlântico Sul também foram fundamentais para o estabelecimento de bases navais britânicas e o controle da rota comercial atlântica, com

destaque para as Malvinas, que tornaram possível o controle sobre o Cabo Horn e a Passagem de Drake, assim como possibilitam o acesso à Antártica⁵ (Castro, 1976).

O combate ao comércio escravagista passa a ser uma característica fundamental da política externa britânica para o Atlântico Sul. Essa suposta causa humanitária tinha objetivos político-estratégicos concretos, objetivando valer-se da humanista luta anti-escravista para romper as relações e laços desenvolvidos entre ambas as margens do Atlântico Sul (Costa e Silva, 2022). Com isso, ainda durante o domínio colonial português sobre o Brasil, os britânicos passaram a investir no fim do tráfico de escravizados, cujo fim último era suprimir, desde já, possíveis focos de resistência à colonização do continente africano que ocorreria no final do século XIX (Penha, 2011).

Nos tratados de 1810⁶, assim como nos tratados oriundos do Congresso de Viena, a temática do fim do tráfico de escravizados já constituía-se como cláusula. Além de Portugal, outros atores como os EUA e a França manifestaram descontentamento com as exigências britânicas nesta temática, no entanto, viam seus interesses contemplados quando o assunto restringia-se ao Brasil. Um medo constante em Portugal com a iminente independência brasileira foi o de que suas possessões africanas passassem a integrar o Império Brasileiro. Os franceses, a seu turno, tinham os traficantes brasileiros como concorrentes (Visentini; Ribeiro; Pereira, 2014).

O combate ao tráfico foi se intensificando gradualmente, ocorrendo situações nas quais a atuação britânica não se restringia apenas ao combate em mar, mas enviava expedições em terra para combater os traficantes, violando a soberania brasileira e causando protestos diplomáticos. Ainda, havia atos de sabotagem e saques aos navios brasileiros praticados pela *Royal Navy* além da realização de exercícios navais na costa brasileira para provocar intimidação, ficando claro que o Brasil representava uma ameaça aos objetivos britânicos no Atlântico Sul (Vidigal, 1985).

A independência foi alcançada sem uma ruptura com o regime econômico anterior. Dom Pedro I, ao transformar o Brasil em um Império, de acordo com Penha (2011), buscava dar

⁵ Um estudo da Escola Superior de Guerra (ESG) publicado pela Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG) do Itamaraty traz um dado interessante que expressa o papel que o Atlântico Sul têm para acesso ao continente antártico, mostrando que até a data do estudo, os britânicos haviam realizado 22 expedições ao continente gelado, enquanto que o segundo colocado, EUA, enviaram apenas 9 expedições, menos da metade.

⁶ Em 1810, com a chegada da corte portuguesa no Brasil, o príncipe regente D. João assinou uma série de tratados com a Inglaterra, no contexto das Guerras Napoleônicas. O “Tratado de Comércio e Navegação” e o “Tratado de Aliança e Amizade” foram, na prática, o rompimento do pacto colonial e estabeleceram uma série de vantagens comerciais para a Inglaterra em relação ao Brasil, à época, sede do Império Português (Fausto, 2018).

seguimento ao plano lusitano de colocar o Rio de Janeiro como coração de um vivido império marítimo no Atlântico Sul, como outrora fora Portugal.

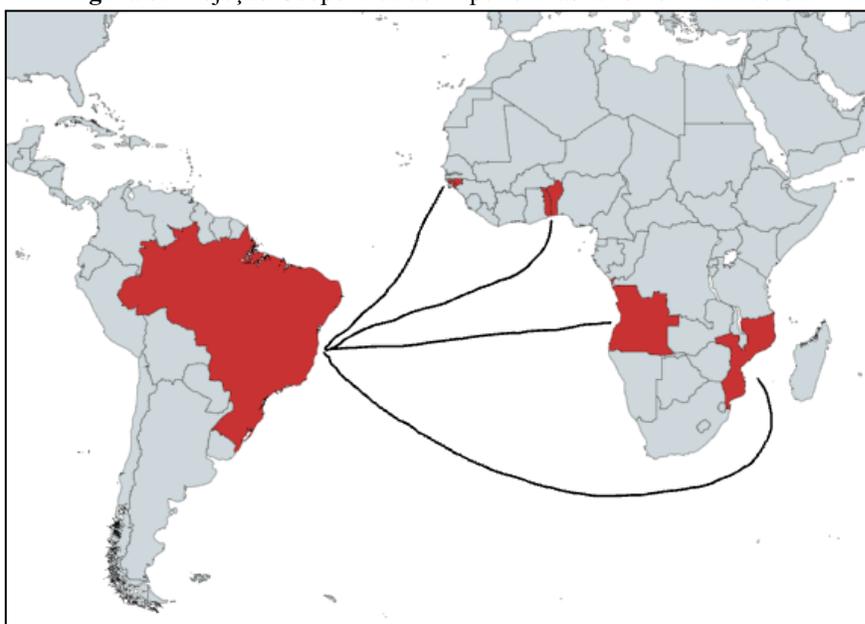
O poder naval inglês foi empregado, não apenas para interromper o tráfico de escravos, mas todo tipo de comércio existente entre o Brasil e o continente africano, e tendo ainda por interesse proteger e estimular o comércio e os investimentos da Grã-Bretanha na costa ocidental da África [...]. Além disso, sob o manto de uma filantropia liberal, os escravos que eram resgatados dos navios negreiros, eram enviados como trabalhadores contratados para as colônias inglesas no Caribe, que careciam de mão-de-obra após a abolição da escravatura naquela região em 1833 (Penha, 2011, p. 50).

Havia um temor por parte de Portugal de perder suas outras colônias e por parte do Reino Unido de ter um competidor da magnitude brasileira no espaço sul-atlântico (Coradini 2022). Assim, o Império do Brasil foi reconhecido por Portugal e pelo Reino Unido, no entanto, comprometeu-se não só a jamais anexar quaisquer possessões lusitanas em África, como também a extinguir gradualmente o tráfico de escravizados.

A continuidade das relações do Brasil com as colônias portuguesas na África, e a insistência de D. Pedro em ser reconhecido como Imperador, quando D. João era apenas Rei, ainda geraram suspeitas sobre as reais intenções do novo governo brasileiro em incorporar as colônias africanas sob um mesmo núcleo político, de dimensão sul-atlântica [...] também passaram a questionar o título de imperador, insistentemente defendido por D. Pedro. O Conde Gestas escrevendo ao Visconde de Paranaguá, Ministro dos Estrangeiros, chegou a indagar se D. Pedro era somente Imperador do Brasil ou das Possessões da Índia e da África (Penha, 2011, p. 57).

Mesmo assim, movimentos requerendo a incorporação ao Brasil aumentam nas zonas africanas em que o Brasil tinha ligações em razão do tráfico (Costa e Silva, 2022). Com isso, Portugal firmou um pacto de defesa mútua com o Reino Unido e garantiu apoio militar no caso de qualquer intervenção brasileira no continente. Com a ilegalidade do comércio de escravizados no Brasil (1831), Angola (1834), Moçambique (1840), o comércio ilegal passou a vigorar (Visentini; Ribeiro; Pereira, 2014).

Coradini (2022) fala sobre o estabelecimento, entre 1827 e 1830, da Divisão Naval do Leste da Marinha Imperial no enclave angolano de Cabinda, no Golfo da Guiné, cujo objetivo era fiscalizar e impedir o comércio de escravos e garantir proteção ao comércio brasileiro na costa africana frente às ações de piratas. No entanto, apesar da manutenção da Divisão ser um poderoso elemento de projeção brasileira na costa africana, era uma ferramenta expressivamente custosa, tendo em vista as necessidades brasileiras na própria costa americana.

Figura 3: Projeção Geopolítica do Império Brasileiro no Atlântico Sul

Fonte: Figura do Autor (2023)

As tensões com o Reino Unido aumentavam constantemente, principalmente após a promulgação do *Bill Aberdeen Act* que instruiu os navios britânicos a interceptarem e apreenderem os navios suspeitos de tráfico de escravos assim como, se necessário fosse, a realização de incursões terrestres (Costa e Silva, 2022). Ademais, a aproximação anglo-argentina, que possibilitou a presença britânica no Prata, em somatória aos contenciosos fronteiriços com a própria Argentina, criava a possibilidade calamitosa de uma ação militar conjunta desses dois atores em detrimento do Brasil. Desta forma, Penha (2011) contextualiza a promulgação da Lei Eusébio de Queiroz como uma ação de defesa, tendo em vista que o cenário era desfavorável ao Brasil.

As controvérsias entre Brasil e Reino Unido, por fim, atingiram seu ponto máximo no rompimento das relações diplomáticas entre os dois países em 1860, na chamada Questão Christie (Coradini 2022). As relações normalizar-se-iam somente cinco anos depois, com intermediação de Leopoldo II da Bélgica, que alguns anos depois seria responsável pela brutal colonização congolosa. Assim, o fim do tráfico de escravos, oriundo das pressões luso-britânicas visando à contenção da influência brasileira na África, levará a uma redução significativa das relações comerciais com o continente africano e ao distanciamento e rompimento abrupto das históricas relações entre as duas margens do Atlântico Sul (Vidigal, 1985).

Com isto, haverá uma ruptura centenária entre as relações afro-brasileiras que foi possível em razão das agressivas pressões impostas por atores europeus que tinham seus interesses ameaçados na região em razão dos fortes vínculos político-estratégicos que se criavam entre o Brasil e os territórios lusitanos da costa ocidental africana (Costa e Silva, 2022). Somado a isto, as elites brasileiras optaram também por um “esquecimento” do continente africano e de suas relações com o Brasil, o que foi decisivo no processo de afastamento desses dois espaços. Por fim, a colonização europeia da África, que ganharia impulso no final do século XIX, sepultaria em definitivo, pelo menos até a metade do século XX, a possibilidade do restabelecimento das relações entre esses dois espaços que compõem a região do Atlântico Sul (Visentini; Ribeiro; Pereira, 2014).

3 AS TRANSFORMAÇÕES SISTÊMICAS DO LIMIAR DO SÉCULO XX E SEUS IMPACTOS NO ATLÂNTICO SUL

Enquanto a primeira metade do século XIX foi marcada pela superação do desafio napoleônico e pela consolidação da Ordem Liberal Britânica, a segunda metade, principalmente a partir de 1871, com a unificação alemã, foi palco do surgimento de novos desafios que levariam a novas disputas entre as principais potências da época. As crises econômicas que ocorreriam em meados do último quartel do século XIX levariam ao aumento do protecionismo que culminaria em uma nova corrida colonial, dessa vez voltada aos continentes africano e asiático.

De acordo com Arrighi (1996), as vantagens obtidas pelo Reino Unido a partir do livre-comércio foram suficientemente profundas para que sua manutenção como princípio basilar da política externa fosse consenso em todos os extratos sociais. No entanto, essas vantagens eram reservadas aos britânicos, fato que levou à contestação deste sistema logo que fora implementado, ao que indica que “[O Reino Unido] nunca abandonou realmente o sistema de livre-comércio que havia criado; antes, foi o mundo que abandonou a Grã-Bretanha” (Hobsbawm, 1968, p. 207).

Polanyi (1980) aponta que a Longa Depressão de 1873-86, no limiar da IIª Revolução Industrial, foi o ponto de partida para o abandono das políticas liberais e o aumento do protecionismo, que viria a acirrar as disputas econômicas das grandes potências, rivalizando principalmente o Reino Unido e o Império Alemão, e a partir daí, impor-se-ia a contestação germânica acerca da Ordem Britânica, que como maior atingida na Longa Depressão (que debutou a partir de uma crise agrária no Reino Unido), assistiria ao declínio gradual de sua influência. Para Arrighi (1996, p. 274):

Nas vésperas da Grande Depressão, o capitalismo familiar ainda era a norma na Alemanha, assim como na Grã-Bretanha; mas, na virada do século, uma estrutura empresarial extremamente centralizada havia assumido seu lugar. Nas duas décadas seguintes, a centralização aumentou ainda mais, em sua maior parte através da integração horizontal. Na medida em que as empresas de pequeno e médio porte sobreviveram - e muitas o fizeram -, elas passaram a viver como membros subalternos de uma economia de comando privado, controlada por um grupo intimamente ligado de financistas e industriais, que atuavam mediante burocracias administrativas cada vez maiores e mais complexas. A economia interna alemã, parafraseando Engels (1958), estava realmente começando a parecer "uma grande fábrica".

O fenômeno protecionista e o aumento da importância da ação estatal para evitar o colapso dos empreendimentos privados não estavam restritos aos alemães, pelo contrário, tornaram-se uma possibilidade de superação da crise que se avizinhava. Os britânicos, que adotavam a estratégia da presença comercial em detrimento da ocupação efetiva dos territórios como colônias, passaram neste contexto a, desde os anos 1851, com o bloqueio da cidade de Lagos, que marcou o fim das profundas trocas comerciais brasileiras com aquele espaço, incidir de maneira mais efetiva nos territórios africanos o que, para Costa e Silva (2022), marca o começo da corrida pelo continente africano, com o triunfo do projeto britânico de rompimento das fortes relações comerciais afro-brasileiras e a consolidação de sua posição incontestada no Atlântico Sul.

Para Hobsbawm (2023), houvera uma mudança significativa com a *débâcle* do liberalismo, tendo como principais mudanças na estrutura econômica capitalista (na qual firma-se o Moderno Sistema Mundial) a superação da Iª Revolução Industrial com o avanço tecnológico da IIª, a ascensão do fenômeno do consumo doméstico resultante do aumento demográfico e do acesso ao consumo pelas massas (de maneira mais intensa nos EUA), o fim do monopólio britânico sobre a indústria, levando à competição internacional de economias rivais e, finalmente, como expressão máxima da nova era que se seguiria, o fenômeno do Imperialismo, que levaria à empreitada colonial europeia destinada ao espaço afro-asiático.

A nova era que se seguiria, à era do triunfo liberal seria bastante diferente. Economicamente, iria se desligar rapidamente da competição sem barreiras das empresas privadas, da abstenção governamental em relação a interferências, e daquilo que os alemães chamavam de Manchesterismo (a ortodoxia do livre comércio da Inglaterra vitoriana), para passar as grandes corporações industriais (cartéis, trustes, monopólios), grande intervenção governamental, e às mais diferentes ortodoxias de política econômica, mas não necessariamente de teoria econômica. A era do individualismo encerra-se em 1870, lamentada pelo advogado inglês A. V. Dicey, e a idade do "coletivismo" começa; embora a maior parte do que ele sombriamente apontava como os avanços do "coletivismo" nos pareça hoje insignificante, em certo sentido ele tinha razão (Hobsbawm, 2023, p. 454).

Mais que isto, a alçada à fase imperialista do capitalismo é marcada pelo aprofundamento das desigualdades entre o centro desse sistema e sua periferia (que veria-se alargada a todos os cantos do planeta), à demanda crescente de matérias-primas as vezes inexistente na metrópole e ao aumento significativo da dívida pública frente às necessidades infraestruturais oriundas da expansão territorial (permanecendo baixo os gastos sociais, exceto com a educação, que era

fundamental para a capacitação técnica da mão-de-obra do centro (Hobsbawm, 2023; Lenin, 2021).

O imperialismo surgiu como desenvolvimento e continuação direta das características fundamentais do capitalismo em geral. Mas o capitalismo só se transformou em imperialismo capitalista quando chegou a um determinado grau, muito elevado, do seu desenvolvimento, quando algumas das características fundamentais do capitalismo começaram a transformar-se na sua antítese, quando ganharam corpo e se manifestaram em toda a linha os traços da época de transição do capitalismo para uma estrutura econômica e social mais elevada. O que há de fundamental neste processo, do ponto de vista econômico, é a substituição da livre concorrência capitalista pelos monopólios capitalistas. A livre concorrência é a característica fundamental do capitalismo e da produção mercantil em geral; o monopólio é precisamente o contrário da livre concorrência, mas esta começou a transformar-se diante dos nossos olhos em monopólio, criando a grande produção, eliminando a pequena, substituindo a grande produção por outra ainda maior, e concentrando a produção e o capital a tal ponto que do seu seio surgiu e surge o monopólio: os cartéis, os sindicatos, os trusts e, fundindo-se com eles, o capital de uma escassa dezena de bancos que manipulam milhares de milhões. Ao mesmo tempo, os monopólios, que derivam da livre concorrência, não a eliminam, mas existem acima e ao lado dela, engendrando assim contradições, fricções e conflitos particularmente agudos e intensos. O monopólio é a transição do capitalismo para um regime superior. (Lenin, 2021, p. 124).

Lenin, obviamente, descreve de maneira precisa as mudanças na estruturação econômica que ocorriam. O autor considera dois pontos basilares para esse estágio: a financeirização do capital (processo fundamental do Imperialismo) com a fusão do capital bancário com o capital industrial, ambos sustentados por seus respectivos monopólios, e a partilha do mundo pelas grandes potências monopolistas cuja sua principal característica é “a transição da política colonial, que se estende sem obstáculos às regiões ainda não apropriadas por nenhuma potência capitalista, para a política colonial de posse monopolista dos territórios do globo já inteiramente repartido” (Lenin, 2021, p. 124).

Dito isto, o presente capítulo busca compreender como as dinâmicas sistêmicas vão influir sobre o espaço sul-atlântico. Dessa forma, preocupa-se em observar a penetração europeia no continente africano como um momento de alteração das dinâmicas regionais de poder, tendo em vista que rompe-se o intenso diálogo inter-atlântico que ocorria entre suas duas margens. Mais que isso, propõe-se a entender a importância do espaço do Atlântico Sul para as grandes potências nesse contexto de fim da Ordem Britânica e consolidação da Ordem Americana. Assim, torna-se importante a contextualização anterior para que se entenda o impacto das transformações sistêmicas no nível regional e local.

3.1 O “VAZIO DE PODER” E A COLONIZAÇÃO DO ESPAÇO AFRICANO

Apesar de ser detentor, à época, da quinta maior esquadra naval do mundo, o Império Brasileiro viu-se frente ao obstáculo de não ter vivenciado ainda uma revolução industrial, o que o colocava de maneira desfalcada frente aos concorrentes britânicos. Vidigal (1985) aponta que a introdução do navio a vapor com propulsão a hélice e o emprego do uso de aço na construção naval elevaram o Reino Unido a um patamar que o Brasil não logrou alcançar. Dessa forma, com o defasamento da esquadra brasileira frente às possibilidades de inovação do período, a frota britânica torna-se o principal obstáculo para a preponderância brasileira no Atlântico Sul.

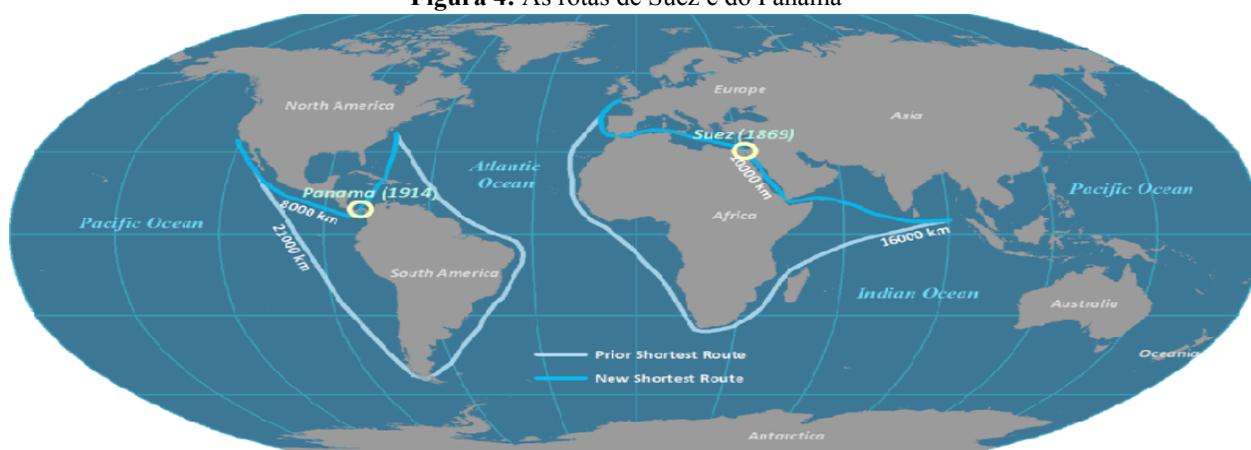
O desgaste das relações comerciais afro-brasileiras e o conseqüente afastamento desses dois espaços, que foram tão próximos, vulnerabilizam a posição brasileira no Atlântico Sul e abriram espaço para uma série de intervenções nas margens americana e africana deste espaço. Penha (2011) nos apresenta o incidente da Ilha de Trindade no qual o Reino Unido, em 1895, declara a incorporação deste território brasileiro a seus domínios ultramarinos, violando profundamente a soberania nacional, tal qual na incorporação das Ilhas Malvinas em relação à Argentina. O caso somente solucionou-se com a intervenção luso-estadunidense em prol do Brasil, que poderia ter garantido sua posição unilateralmente se tivesse capacidade militar para tal.

Esses episódios de intervenção dão a percepção de um “vazio de poder” tendo em vista que do lado americano não havia capacidade de reação às intervenções estrangeiras na região e, do lado africano, vivia-se a iminência do período da colonização (Vidigal, 1985). Os britânicos consolidaram-se, então, no espaço atlântico como um todo (norte e sul), detendo 14 bases que se estendiam do Canadá às Malvinas e operando 39 navios espalhados por este espaço. Contavam ainda com, junto às bases navais, uma extensa rede de abastecimento de carvão para suas embarcações nas ilhas que mantinha ao longo do Atlântico (Butel, 1997).

Ainda, outra situação que influenciou no declínio da importância da rota comercial do Atlântico Sul foi a abertura dos canais de Suez (1867) e do Panamá (1914). O primeiro, de iniciativa francesa, passou gradualmente para o controle britânico, até que em 1882 o Reino Unido ocupa militarmente o Egito e passa a controlar plenamente a rota que encurtaria significativamente o tempo e a distância entre a Europa e a Ásia e marginalizaria a Rota do Cabo (Lacoste, 1995).

O Canal do Panamá, a seu turno, foi empreendido por iniciativa dos Estados Unidos após triunfar sobre os espanhóis em 1898 no Caribe e nas Filipinas, e desfrutar do espólio desse embate, passando a ocupar o papel que os espanhóis ocuparam nestas regiões (Coutau-Bégarie, 1985). Após obter a concessão da Colômbia para a construção do Canal na região no istmo do Panamá, os EUA começam a despontar como potência, reduzindo a distância na ligação entre o Atlântico e o Pacífico, aumentando sua influência nesse espaço e promovendo a marginalização da Rota de Horn e reduzindo ainda mais a importância da rota comercial do Atlântico Sul (Penha, 2011).

Figura 4: As rotas de Suez e do Panamá



Fonte: Sea News (2013)

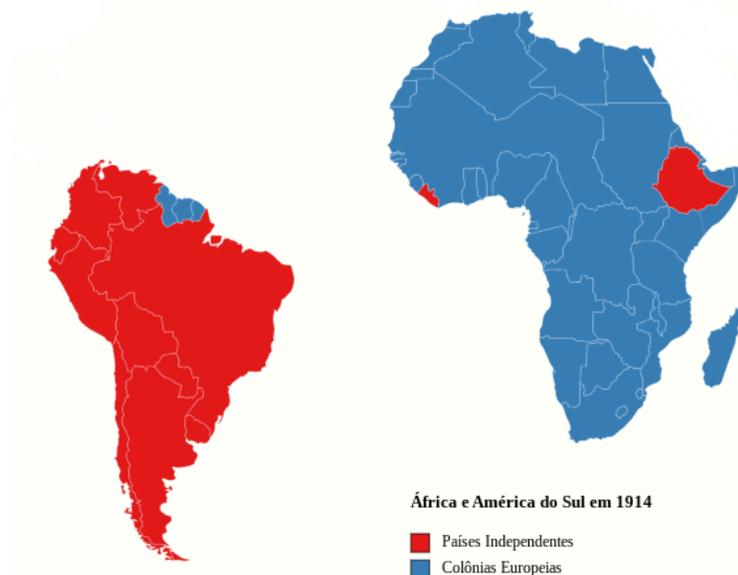
Apesar da redução da importância das suas rotas, a região do Atlântico Sul não deixaria de contar com a presença de atores extrarregionais, pelo contrário, veria o aprofundamento dessa presença com o estabelecimento da colonização do continente africano (Costa e Silva, 2022). Se antes a principal presença na região era a britânica, que seguiria no topo, com a colonização da África vamos ver a consolidação da presença de outros atores no espaço africano e, conseqüentemente, sul-atlântico. Podemos observar, então, o domínio colonial de Reino Unido, França, Portugal, Espanha, Alemanha, Bélgica e, periféricamente (com a manutenção de sua colônia no Suriname, na margem sul-americana), da Holanda (Visentini; Ribeiro; Pereira, 2014).

A presença europeia na África, como citado anteriormente, estava restrita a pequenas áreas nas regiões costeiras que garantiam o acesso comercial àquele espaço, permanecendo não só o desconhecimento do interior do continente como também as estruturas sócio-políticas que os africanos tinham (Uzoigwe, 2010). De acordo com Wallerstein (2005), com a inserção do

continente africano nas dinâmicas do Sistema Internacional Capitalista ocorre uma transformação sem precedentes das estruturas e dinâmicas sociais daquelas sociedades, havendo mudanças nos valores, nos símbolos, no modo de produção, na constituição social.

A primeira, e basilar, transformação ocorrida com a expansão europeia foi que, naquele momento, passou a existir uma “situação colonial”, ou seja, não eram mais cientistas, missionários ou aventureiros “independentes” que penetravam no continente e agiam por conta própria. Tudo, a partir do momento da expansão, tinha o aval da Metrôpole e das autoridades coloniais (Wallerstein, 2005).

Figura 5: Presença colonial europeia na África e América do Sul em 1914.



Fonte: Figura do Autor (2023)

A partir disso, uma série de medidas foram tomadas visando o êxodo rural e a urbanização daquela população de maneira a torná-la proletária como, por exemplo, a imposição do imposto per capita, o trabalho compulsório via corvéia, a apropriação de terras produtivas pelos colonos brancos. Tudo isso, com apoio da educação em massa promovida pelos colonizadores (com forte atuação de religiosos), fez com que a mentalidade daquelas pessoas fosse transformada (Wallerstein, 2005). Vale notar o papel que teve a ideia de “civilizar” os africanos, ou seja, uma instrumentalização de uma suposta “filantropia”, que começou a ser aplicada justamente visando o combate do tráfico de escravos pois era necessário que a

mão-de-obra africana permanecesse em África para que pudesse lá ser explorada durante a colonização (Visentini, 2010). Abaixo, podemos conferir a Ata da Conferência de Bruxelas:

Artigo I: As potências declaram que os meios mais eficazes para combater a escravatura no interior da África são os seguintes:

- 1.º- A organização progressiva dos serviços administrativos judiciais, religiosos e militares nos territórios da África, colocados sob a soberania ou sob o protetorado das nações civilizadas;
- 2.º- O estabelecimento gradual no interior, pelas potências de quem dependem os territórios, de estações fortemente ocupadas, de maneira que a sua acção protectora ou repressiva possa fazer-se sentir com eficácia nos territórios assolados pela caçada ao homem;
- 3.º- A construção de estradas e principalmente de vias férreas, que liguem as estações avançadas com águas interiores, e ao curso superior dos rios que sejam interrompidos por quedas ou cataratas, com o fim de substituir o actual carreto por meio do homem, pelos meios económicos e acelerados e transporte;
- 4.º- A instalação de barcos a vapor nas águas interiores navegáveis, e nos lagos, defendida por postos fortificados estabelecidos nas margens;
- 5.º- O estabelecimento de linhas telegráficas, assegurando a comunicação dos postos e das estações com a costa e com os centros de administração;
- 6.º- A organização de expedições e de colunas móveis, que mantenham as comunicações das estações entre si com a costa, Ihes apoiem a sua acção repressiva e assegurem a segurança das vias de comunicação;
- 7.º- A restrição da importação de armas de fogo, pelo menos das armas aperfeiçoadas, e das munições em toda a extensão dos territórios contaminados pelo tráfico (Acto Geral da Conferência Internacional de Bruxelas de 1889-1890, 1890, p. 1).

Com a penetração europeia, há uma transformação das classes, a liderança tradicional perdia seu prestígio, as funções sociais se transformaram e os símbolos e rituais aos quais todas as sociedades recorrem para forjar sua identidade já não eram iguais a antes. Ademais, houve também uma expansão industrial e de infraestrutura, um dos objetivos para “combater o tráfico de escravos”, promovendo uma maior interconexão dentro do continente e uma “modernização” econômica e social⁷ (Wallerstein, 2005).

O fenômeno do imperialismo na África, deste modo, consolidou o afastamento brasileiro dessa região, assim como criou uma zona de disputas multidimensionais. Apesar de o Atlântico Sul não ter sido teatro de nenhuma grande batalha, é visível que ocorreram disputas em nível regional, para afastar o Brasil do continente, e em nível extrarregional, para definir quais potências ocupariam quais áreas do continente africano e, conseqüentemente, seus quinhões no

⁷ Essa “modernização” social, ou seja, o contato dessas sociedades com o capitalismo exige, e promove, o desenvolvimento de ideais nacionalistas no seio daquelas comunidades. Aí reside uma das tantas contradições do imperialismo, fase superior do capitalismo: sua expansão colonial leva, inevitavelmente, à ruína dos impérios coloniais. Ademais, cria-se uma nova elite ocidentalizada que busca direitos e liberdades desfrutados nas metrópoles: mais uma contradição que leva à ruína (Wallerstein, 2005).

território marítimo desses espaços (Costa e Silva, 2022). No entanto, a correlação de forças muda gradativamente com a ascensão dos Estados Unidos e com as Guerras Mundiais que terão desdobramentos na política regional.

3.2 O DECLÍNIO BRITÂNICO E A PAX AMERICANA

A crise da hegemonia britânica se dá a partir da ascensão de novas potências industriais e da perda gradual de poder político e econômico do Reino Unido, que não consegue deter poder suficiente para seguir organizando o Sistema. De acordo com Arrighi (1996), a partir de 1870 os britânicos passam a perder gradualmente o controle sobre as dinâmicas de poder europeias e, conseqüentemente, globais. Para Kennedy (1991) a obtenção de poder pelos alemães no teatro europeu e, em seguida, mundial foi fundamental para a derrocada da Ordem Liberal Britânica e, mais que isso, o Reino Unido também teve de lidar com a ascensão da robusta economia dos Estados Unidos, que passaram a ocupar o centro da economia mundial.

Esse período de crise e transição irá transformar as estruturas de poder internacional e culminará em um momento de absoluto caos sistêmico, que Hobsbawm (1995) considera como a era da “guerra total”, que se estende desde meados de 1914 até o final da II Guerra Mundial em 1945. Para Arrighi (1996, p. 30) “o caos sistêmico refere-se a uma situação de falta total, aparentemente irremediável, de organização [...] e à medida que aumenta, a demanda de ‘ordem’ tende a se generalizar cada vez mais”.

Esses momentos de absoluto colapso das estruturas político-econômicas são uma das principais características do Sistema Mundial Moderno, que se forma e se expande a partir dessas recorrentes crises e transformações que marcam a ascensão e a derrocada das Ordens hegemônicas e do Estado ou dos Estados líderes dessas Ordens (Wallerstein, 2001). Para Arrighi e Silver (2001), a transição da hegemonia britânica para a hegemonia americana foi um bastante abrupta, — muito diferente da gradual transição que ocorreu da hegemonia holandesa para a hegemonia britânica no século anterior —, iniciando em 1873 e terminando em por volta de 1950, estando organizada em 3 fases distintas e subsequentes:

A primeira corresponde à crise da hegemonia britânica sob o impacto da Grande Depressão de 1873-1896. Durante a depressão, intensificaram-se rivalidades entre as grandes potências, surgiram complexos industrial-militares poderosos demais para que a Grã-Bretanha os controlasse mediante sua política tradicional de equilíbrio de poder, e deflagrou-se uma expansão financeira sistêmica centrada na Grã-Bretanha. Essas tendências atingiram o auge na eclosão da Primeira Guerra Mundial, que marcou o início da segunda fase da transição. A Primeira Guerra Mundial praticamente desintegrou as estruturas da ordem mundial oitocentista. A tentativa de restabelecê-las depois do fim da guerra simplesmente acelerou sua derrocada, no início da década de 1930. Como na transição da hegemonia holandesa para a britânica, a ruptura da antiga ordem hegemônica não se traduziu imediatamente no surgimento de uma nova ordem. A ordem mundial centrada nos Estados Unidos só despontou na terceira e última fase da transição. Foi nessa fase que a Grande Depressão da década de 1930, a Segunda Guerra Mundial e a consolidação do Império Soviético na Eurásia criaram condições para a "invenção" da Guerra Fria. Uma vez instauradas as estruturas da Guerra Fria, o que já havia acontecido por volta de 1950, estava concluída a transição (Arrighi; Silver, 2001, p. 74).

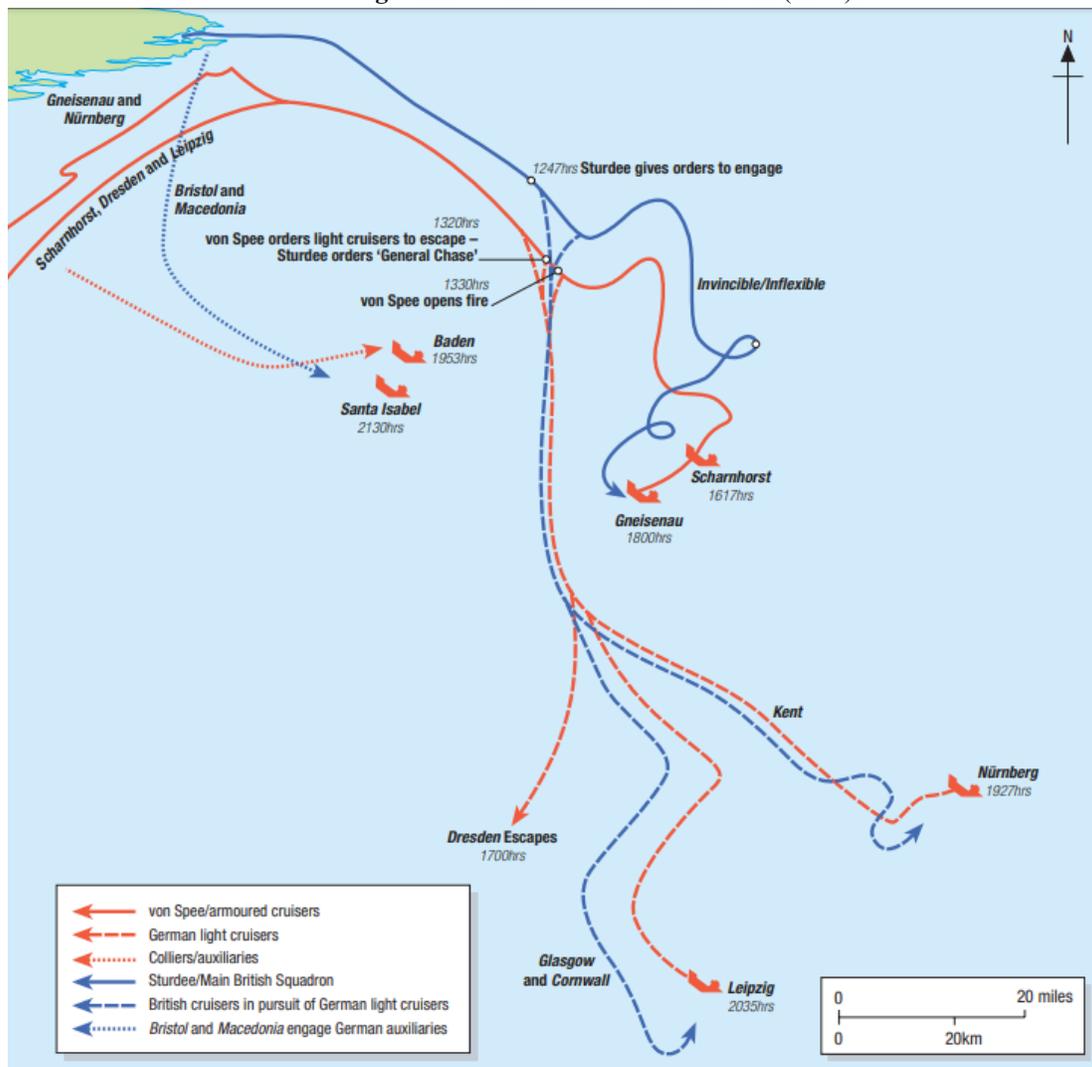
O espaço sul-atlântico, obviamente, não estaria alheio às disputas das grandes potências pois, como sustenta-se ao longo deste trabalho, é uma região periférica estratégica para as grandes potências. Dessa forma, o que Hobsbawm (1995, p. 30) considera como a “guerra mundial de 31 anos”, ou seja, as duas guerras mundiais — sendo a Segunda Guerra Mundial uma consequência da Primeira, de acordo com Mandel (1989) —, e o seu interlúdio (Krippendorf, 1979), tem uma de suas primeiras batalhas travada justamente no Atlântico Sul.

A Batalha das Ilhas Malvinas se dá em 8 de dezembro de 1914, quando ocorre o embate entre as esquadras alemã e britânica. Os alemães haviam derrotado os britânicos na costa chilena, na Batalha de Coronel, em 1 de novembro de 1914, colocando os derrotados em alerta máximo e levando-os a perseguir os alemães até culminar na Batalha das Malvinas e na destruição da principal esquadra alemã em operação fora do Atlântico Norte (Bennett, 2014; Ruas Santos, 2020).

Com o final da Primeira Guerra Mundial em 1918 e a rendição alemã, os britânicos conseguiram, finalmente, a expulsão dos alemães do Atlântico Sul, redistribuindo os domínios coloniais do Império Alemão na África. As possessões germânicas da costa ocidental africana se restringiam aos atuais Togo, Camarões e Namíbia que, passaram para o domínio britânico e sul-africano. Ainda em 1914 o Togo foi conquistado pelos britânicos, que haviam bloqueado a passagem alemã do norte para o sul do Atlântico. Em 1915 foi a vez da Namíbia, que ao fim do

conflito ficou sob “mandato” da União Sul-Africana⁸ e, finalmente, em 1916, os britânicos ocuparam Camarões (Visentini; Ribeiro; Pereira, 2014).

Figura 6: A Batalha das Ilhas Malvinas (1914).



Fonte: McNally (2012)

Durante a Segunda Guerra Mundial os confrontos no Atlântico Sul foram significativamente mais intensos e numerosos que os do conflito anterior, no que ficou conhecido como a “Batalha do Atlântico”, que abarcava os confrontos tanto no norte quanto no sul. Os submersíveis⁹ do Eixo, especificamente o italo-germânicos, tornaram-se uma ameaça às linhas de

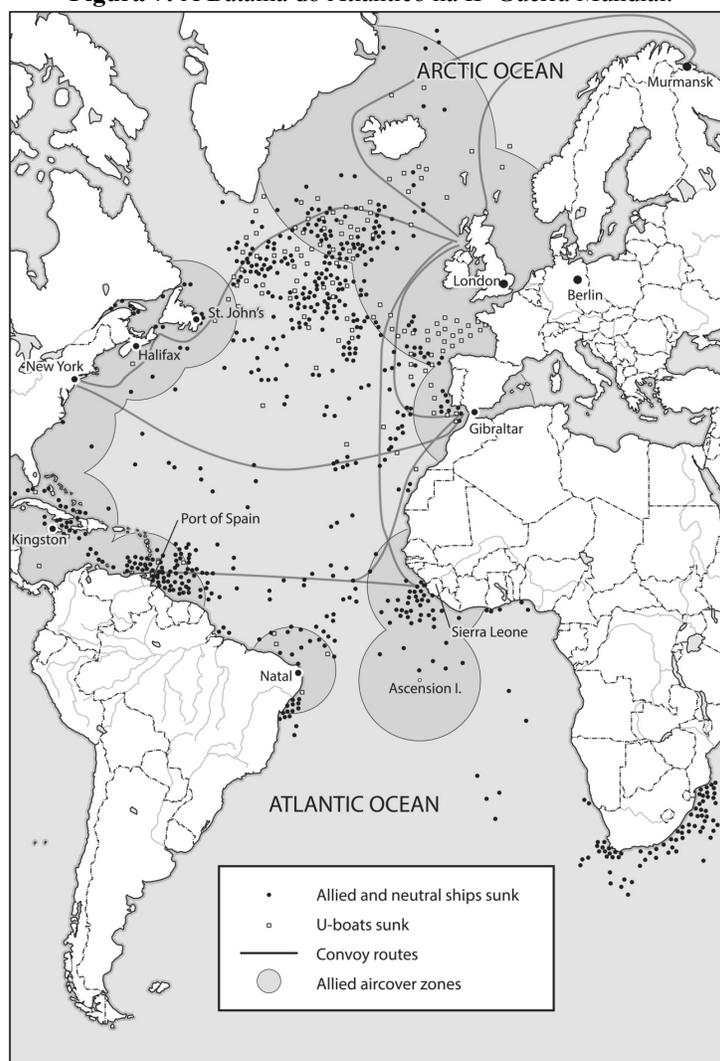
⁸ A União Sul-Africana (África do Sul) manteria o domínio sob a Namíbia até 1990, quando reconheceu sua derrota no conflito com os independentistas da Namíbia, apoiados por Angola (Visentini; Ribeiro; Pereira, 2014).

⁹ Barone (2013) usa o termo “submersíveis” no lugar de “submarinos” pois, em sua explicação, aponta o fato de que essas embarcações não possuíam sistemas de radares nem tinham capacidade de permanecerem submersos por longo

suprimento aliados durante os primeiros anos do conflito. A partir de 1943, no entanto, de acordo com Barone (2013, p. 37), a situação altera-se negativamente para as forças do Eixo, cujas marinheiros saíam dos portos sabendo que não voltariam com vida.

Dos navios (mercantes ou de guerra) sul-americanos, apenas os argentinos e os chilenos não eram alvo das forças ítalo-germânicas. Todos os países sul-americanos que aderiram às forças Aliadas tornaram-se automaticamente alvo dos navios do Eixo. Estima-se que 33 embarcações brasileiras foram afundadas e outras 35 danificadas por ataques inimigos durante o conflito (Barone, 2013).

Figura 7: A Batalha do Atlântico na IIª Guerra Mundial.



Fonte: Ferris; Mawdsley (2015)

tempo, como os submarinos modernos desenvolvidos durante a Guerra Fria. Dessa forma, segundo o autor, essas embarcações apenas submergiram para se aproximar sorrateiramente dos alvos ou para esconder-se do inimigo.

O primeiro ataque do Eixo a um navio estrangeiro em águas brasileiras, — de um total de aproximadamente 50 —, ocorreu em 25 de fevereiro de 1942, quando o submarino italiano *Tazzoli* afundou o cargueiro inglês *Queen City* nas proximidades maranhenses (Maximiano; Bonalume, 2011). Em contrapartida, ao longo de 1943, os submarinos do eixo foram eliminados da costa brasileira com o apoio dos americanos que forneceram os equipamentos bélicos necessários para essa realização. O patrulhamento da região ficava a cargo dos aviões¹⁰ que tinham como ponto de partida as bases costeiras, sendo os mais importantes os do nordeste (Natal, Recife e Salvador) e o da capital federal, o Rio de Janeiro (Barone, 2013). Findada a longa guerra mundial de 31 anos, a região seguirá sendo palco de disputas por influência, dessa vez no contexto da bipolaridade, no entanto, só ocorreriam novas batalhas navais durante a Guerra das Malvinas. Ademais, gradualmente, os países africanos tornar-se-iam independentes, alterando as dinâmicas regionais de poder e os atores envolvidos.

Os acordos de Yalta criaram uma Ordem bipolar no pós-Segunda Guerra no qual havia um ator que exercia a liderança econômico-militar e moral do Sistema, os Estados Unidos (Visentini; Pereira, 2010). No entanto, essa ordem era limitada, o que significa que havia um subsistema dentro do Sistema e esse era o subsistema socialista liderado pela URSS (Mandel, 1989). Cada qual contava com sua área de influência e a ameaça mútua de destruição levava a confrontação para palcos secundários, como a Coreia (1950) e Vietnã (1955), fazendo com que houvesse um relativo “congelamento” das dinâmicas no Atlântico Sul em razão de ser uma região onde a presença da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) estaria “consolidada” (Davis, 1985).

No entanto, Viegas Filho (2016) nos apresenta que com a evolução da Guerra Fria e com as independências no continente africano, os países da OTAN passam a preocupar-se com a presença soviética no Atlântico Sul. O motivo dessa preocupação é o fato de que, por mais que fosse um dos menores efetivos navais soviéticos no mundo, a presença soviética no Atlântico Sul constituiu-se em uma ameaça pois, ali se estabelecendo, poderia quebrar a cadeia de suprimentos

¹⁰ “Em julho de 1943, quase um ano depois da declaração de guerra brasileira, um avião PBY-5 Catalina afundou o submarino alemão U-199, no litoral do Rio de Janeiro. Essa ação teve um sabor especial: tratava-se da primeira tripulação totalmente brasileira de uma aeronave de rulhamento antissubmarino a afundar uma embarcação inimiga. Quem pilotava o Catalina era o ainda aspirante a aviador Alberto Martins Torres, que seria um dos poucos aviadores brasileiros a participar do rulhamento da costa e depois a integrar o 1o Grupo de Aviação de Caça da Força Aérea Brasileira (FAB)” (Barone, 2013, p. 37).

ocidental (incluindo aqui o Japão), bloqueando a obtenção de matérias-primas fundamentais para suas economias. Logo, o espaço sul-atlântico mostra-se fundamental e vital para a economia e defesa das potências ocidentais.

A presença estadunidense no Atlântico Sul ganha impulso, como visto na seção anterior, com a Segunda Guerra Mundial. Antes disso, a estratégia marítima dos EUA restringe sua ação à região do Caribe, não havendo justificativa estratégica para o prolongamento de sua área de atuação marítima, muito em razão da redução da importância estratégica do Atlântico Sul com a abertura dos canais de Suez e Panamá e a consolidada presença britânica na região. No entanto, o conflito na Europa abre uma janela estratégica para que os EUA se inserirem na região, passando a garantir o domínio Aliado deste espaço, combatendo em conjunto com o Brasil as tentativas do Eixo de bloquear as linhas de suprimento aliadas na região (Coutau-Bégarie, 1985).

Com isso, as ações estadunidenses para a região passam a ser orientadas por uma política e pensamento estratégicos direcionados à consolidação da presença no Atlântico Sul e ao alinhamento da região, — tanto dos países independentes da América do Sul quanto dos africanos, em via de emanciparem-se —, às políticas ocidentais. Do lado sul-americano, os EUA elaboram o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR), em 1947, que pouco a pouco seria desgastado pelas políticas nacionalistas, principalmente da Argentina e do Brasil (Penha, 2011). Do lado africano, os EUA desconsideraram o vácuo estratégico que se abriu com a retirada das potências europeias, principalmente na África Austral, abrindo espaço para a influência soviética (Coradini, 2022; Rodrigues, 1964).

A partir de 1950 os países africanos começam a obter suas independências, com destaque para o “ano africano” de 1960, no qual 17 países desvincularam-se dos antigos impérios coloniais. A maioria das independências ocorreram de forma controlada pelas antigas metrópoles, visando a manutenção de uma situação neocolonial na qual seguissem obtendo vantagens típicas da relação centro-periferia (Visentini, 2010). Sobre o neocolonialismo, cabe o trecho de N’krumah (1967, p. 7) que descreve esse mecanismo de exploração a partir da afirmação de que:

A essência do neocolonialismo é de que o Estado que a ele está sujeito é, teoricamente, independente e tem todos os adornos exteriores da soberania internacional. Na realidade, seu sistema econômico e portanto seu sistema político é dirigido do exterior. Os métodos e a forma de direção podem tomar vários aspectos: Por exemplo, num caso extremo as tropas de uma potência imperialista podem guardar o território

de um Estado neocolonial e controlar o seu governo. Mais comumente, no entanto, o controle neocolonialista é exercido através de meios econômicos ou monetários. O Estado neocolonial pode ser obrigado a aceitar os produtos manufaturados da potência imperialista, com a exclusão dos produtos competidores de outra origem. O controle sobre a política governamental do Estado neocolonial pode ser assegurado através de pagamentos para fazer frente ao custo da administração do Estado, pelo fornecimento de funcionários administrativos, em posições que lhes permitam ditar a orientação, e por controle monetário do câmbio exterior através da imposição de um sistema bancário controlado pela potência imperialista.

No entanto, alguns processos de descolonização só foram possíveis a partir da luta armada, como é o caso da Argélia e das colônias portuguesas, as últimas emancipando-se apenas na década de 1970 e, no caso angolano, resultando na presença soviética em um conflito às margens do Atlântico Sul (Visentini; Ribeiro; Pereira, 2014). Dessa forma, Penha (2011) considera que a partir dos processos de independência dos países lusófonos, principalmente de Angola e Moçambique, — que passam a ter apoio de Cuba e da URSS e se declaram Marxistas-Leninistas —, a Guerra Fria ganha palco na África Austral, criando profundos embates com o regime racista da África do Sul, apoiado pela OTAN, em um momento no qual a Rota do Cabo voltava a recuperar sua importância estratégica, dado o fechamento do Canal de Suez em 1967 (Carreras, 1992).

A presença soviética na região é compreendida a partir do pensamento estratégico oriundo da Doutrina das Facilidades Navais elaborada pelo Almirante Sergei Gorshkov. A doutrina basicamente reforça a importância da obtenção de uma esquadra naval potente e diversificada (comercial, pesqueira, militar, etc.) e com presença nas principais passagens e estreitos (Gallois, 1990; Viegas Filho, 2016). Os soviéticos, antes da independência Angolana, já se faziam presentes no espaço sul-atlântico através do eixo Cuba-Guiné Equatorial, que servia de apoio para as missões enviadas às bases de pesquisa Bellinghausen e Novozarevskaia estabelecidas na Antártica, próximo à Passagem de Drake e à Rota do Cabo, respectivamente (Lhaver, 1981; Castro, 1997).

Os soviéticos, por outro lado, através de suas bases no eixo Angola/Moçambique/Novozarevskaia (na Antártida) e por meio de seus submarinos nucleares, tinham condições de atacar as embarcações ocidentais que patrulhavam as rotas marítimas na passagem do Cabo da Boa Esperança [...]. O emprego da tática do ocultamento teria sido amplamente utilizado pelos soviéticos graças ao abrigo propiciado pelas águas profundas do Atlântico Sul. Nesse caso, para operar seus submarinos da classe Typhoon equipados com mísseis de alcance de 8.000 km, sobretudo na linha Recife-Lagos e Cabo-Buenos Aires. Os submarinos são indetectáveis

pelos sonares mais sofisticados e podem ficar mergulhados durante meses, o que impede o conhecimento de sua localização e destruição (Penha, 2011, p. 86).

Como resposta, o ocidente incrementa sua presença militar na região, modernizando a base sul-africana de Simonstown, oriunda de uma parceria com o Reino Unido em 1955. Observa-se que em meio a esses tensionamentos o principal ator ocidental presente na região seguia sendo o Reino Unido (representando a OTAN) e, apesar da preocupação ocidental, não confirmou-se nenhum cenário de bloqueio das suas linhas de comunicação por parte dos soviéticos (Coradini, 2022). De fato, não havia significativa presença soviética na região, sendo uma das regiões com menor fluxo de embarcações militares da URSS, restringindo-se a patrulhas e alguns exercícios militares em conjunto, principalmente, com Angola (Viegas Filho, 2016).

4 A DESCOLONIZAÇÃO DA ÁFRICA E A (RE)CONSTRUÇÃO DAS RELAÇÕES REGIONAIS SUL-ATLÂNTICAS (1950 - 1990)

O processo de independência dos países africanos a partir da década de 1950 transformou as relações atlânticas e possibilitou que, novamente, ambas as margens pudessem cooperar e dialogar sem o intermédio de atores extrarregionais. Como vimos no primeiro capítulo, esse fenômeno não é uma novidade, considerando que quando os países sul-americanos libertaram-se do jugo colonial europeu, estabeleceram relações comerciais e diplomáticas com os reinos africanos independentes. Destaca-se as relações do Brasil com os reinos da África Ocidental, dos quais o comércio de escravos e, portanto, a economia nacional, eram dependentes.

No entanto, a ação britânica visou a interrupção dessas relações e o Imperialismo sepultou todas as possibilidades de interação independente entre esses dois espaços, suprimindo a liberdade político-econômica das unidades estatais africanas. A partir das independências, há a possibilidade de reconstrução dessas relações, que serão retomadas, por parte do Brasil, a partir da Política Externa Independente (PEI) do governo Quadros, e serão marcadas por períodos de aproximação e distanciamento.

A presença de atores extrarregionais, no entanto, não deixou de existir e esteve, também, inserida na lógica da bipolaridade. O Reino Unido seguiu presente na região por meio de seus domínios insulares no Atlântico Sul, o que colidia com os objetivos geopolíticos da Argentina, culminando na Guerra das Malvinas (1982), o mais recente conflito militar a ter como teatro o Atlântico Sul. No entanto, os tensionamentos com as grandes potências não estão restritos à Guerra das Malvinas, sendo oriundos também das tentativas de Brasil, Argentina e África do Sul desenvolverem seus programas nucleares, esbarrando na oposição dos EUA, de seus aliados da OTAN e da URSS.

O desenvolvimento das dinâmicas regionais culmina, então, na criação de organizações multilaterais. Obviamente, projetos divergentes foram propostos, como a Organização do Tratado do Atlântico Sul (OTAS), de caráter securitário, que contava com apoio da África do Sul, Argentina e do Chile, e a Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS), com objetivos de desenvolvimento e desnuclearização, apoiada por Nigéria e Brasil. Assim, o presente capítulo se propõe a analisar a construção do multilateralismo regional como resultado das

relações bilaterais entre os atores regionais e dos tensionamentos oriundos das interações com as grandes potências presentes na região.

4.1 A EMANCIPAÇÃO AFRICANA E A POLÍTICA BRASILEIRA PARA A ÁFRICA

O ingresso europeu na África representou a quebra das estruturas dos antigos impérios tributários ainda vigentes no interior do continente e a inserção abrupta desse espaço no moderno Sistema Internacional Capitalista e em sua divisão internacional do trabalho. Mais que isto, a transformação econômica, social e política forçada pelos europeus na África, com a assimilação dos valores e da cultura dos colonizadores pelas populações colonizadas, deu condições para o surgimento de movimentos nacionalistas e de luta pela independência e liberdade — valores defendidos pelas sociedades metropolitanas — que acabaram por subverter a própria ordem colonial, demonstrando a natureza contraditória do sistema capitalista (Wallerstein, 2006).

A participação dos africanos na Segunda Guerra Mundial, e a própria extensão da guerra ao norte do continente, acelerou o processo de conscientização nacional e insatisfação com a situação colonial ao colocar os soldados africanos em igualdade com os soldados de países independentes. Assim, “após séculos de inculcação de um sentimento de inferioridade, o mito do super-homem branco desmoronava, enquanto os povos coloniais começavam a despertar de seu torpor” (Visentini; Ribeiro; Pereira, 2014, p. 100). O declínio dos impérios europeus¹¹, devastados pela guerra, atrelado à defesa da causa anticolonial por parte dos dois grandes vencedores da Guerra, EUA E URSS, foram fundamentais para o processo de emancipação. Mesmo as potências coloniais, que obviamente defendiam a manutenção do colonialismo, compreendiam que eram necessárias reformas na situação colonial para a sua manutenção (Visentini, 2010).

Essas reformas eram pensadas a partir da própria estrutura colonial, que divergia conforme o colonizador. Os britânicos, cujos retornos econômicos eram prioritários à empresa colonial, possuíam uma gestão pragmática das colônias, com financiamento próprio e certa autossuficiência, desenvolvendo estruturas políticas próprias que, posteriormente, facilitaram a transição das colônias para Estados independentes. Os franceses, a seu turno, prezavam pela

¹¹ É interessante observarmos que, assim como as Guerras Napoleônicas (1803-1815) foram fundamentais para a emancipação sul-americana, a “Guerra Mundial de 31 anos” (Hobsbawm, 1995, p. 30) também foi decisiva para o processo de libertação africana.

assimilação política e cultural da colônia, com sua administração exercida diretamente pela metrópole. Neste caso, quando os africanos demandavam mais direitos, eram incorporados às estruturas políticas do Estado francês ao invés de receber autonomia para o desenvolvimento de estruturas próprias (Wallerstein, 2006).

Malgrado o interesse das declinantes potências europeias na manutenção de seus domínios coloniais, o impulso independentista não poderia ser contido e culminaria nas emancipações a partir da década de 1950, que se desenvolveram em 3 grandes ondas de independências, sendo a última iniciada na década de 1970, nos domínios portugueses, e finalizada na década de 1990, com o desmantelamento dos regimes racistas da África Austral (Visentini, 2010). A partir desses processos, o Brasil teve a oportunidade de estabelecer relações com os novos Estados africanos, permanecendo retraído e, em grande medida, conivente com a manutenção das estruturas coloniais até o governo Quadros (1960) e o lançamento da Política Externa Independente (Cervo; Bueno, 2022).

Durante o governo Dutra (1946-1951), o assunto da descolonização africana não tinha espaço significativo na agenda do governo, havendo certo receio, já antigo, manifestado desde a República Velha, de que os produtos primários africanos concorreriam com os brasileiros e levavam a prejuízos na nossa economia (Rodrigues, 1964). Mais que isso, se acreditava que a construção de Estados independentes em África e o desenvolvimento dos mesmos prejudicariam a América Latina no momento de obtenção de recursos e financiamentos internacionais.

Também, o espaço africano era visto como suscetível às ideias socialistas, o que alinhava o Brasil com a África do Sul (que vinha adquirindo autonomia e com o qual, desde os anos 1940, o Brasil mantinha relações diretas) e com Portugal na defesa da manutenção colonial. No entanto, devido às pressões americanas, o Brasil se alinha timidamente à defesa do artigo 73¹² da

¹² “Os Membros das Nações Unidas, que assumiram ou assumam responsabilidades pela administração de territórios cujos povos não tenham atingido a plena capacidade de se governarem a si mesmos, reconhecem o princípio de que os interesses dos habitantes desses territórios são da mais alta importância, e aceitam, como missão sagrada, a obrigação de promover no mais alto grau, dentro do sistema de paz e segurança internacionais estabelecido na presente Carta, o bem-estar dos habitantes desses territórios e, para tal fim, se obrigam a: a) assegurar, com o devido respeito à cultura dos povos interessados, o seu progresso político, econômico, social e educacional, o seu tratamento equitativo e a sua proteção contra todo abuso; b) desenvolver sua capacidade de governo próprio, tomar devida nota das aspirações políticas dos povos e auxiliá-los no desenvolvimento progressivo de suas instituições políticas livres, de acordo com as circunstâncias peculiares a cada território e seus habitantes e os diferentes graus de seu adiantamento; c) consolidar a paz e a segurança internacionais; [...]” (Brasil, 1945)

carta das Nações Unidas, afirmando, no entanto, que as potências coloniais não deveriam ser constrangidas (Saraiva, 2012).

Durante o segundo governo Vargas (1951-1954) pode-se observar uma gradual valorização do tema africano, ensaiando-se uma atitude menos conivente com a manutenção da situação colonial sem, no entanto, inflexionar em prol da defesa explícita do anticolonialismo (Rodrigues, 1964). O nacional-desenvolvimentismo — marca registrada dos governos Vargas e “política de Estado”, em linhas gerais, até o triunfo da submissão neoliberal do Governo Collor — torna-se centro da agenda do governo, que passa a enxergar semelhanças no posicionamento desigual que América do Sul e África ocupavam em relação aos EUA e Europa na economia internacional (Saraiva, 2012).

Desta maneira, o Brasil começa a atrelar, sempre discretamente, o desenvolvimento à superação do colonialismo e ao desenvolvimento social, devendo, portanto, haver autonomia política nesses países. De acordo com Saraiva (2012, p. 30), “o Brasil começa a afirmar, por um lado, que o desenvolvimento sobre bases coloniais não interessava ao país e, por outro lado, para que o Brasil se desenvolvesse era relevante que outros países atrasados [também o fizessem]”, no entanto, apesar de reconhecer a importância do fim da situação colonial, o Brasil segue conivente com a situação do *Apartheid*, defendendo que era uma situação interna dos sul-africanos.

O governo Kubitschek (1956-1961) vivenciou o “ponto alto” das emancipações africanas, sem no entanto, direcionar uma política externa assertiva para o continente. O foco da ação exterior de JK era a América Latina, encabeçando a Operação Pan-Americana (OPA) como principal estratégia de inserção internacional do país em seu governo, deixando de lado ambições de projetar-se para além do entorno imediato, fato que Rodrigues (1964) considera equivocado, considerando o ensejo brasileiro de encabeçar uma política de potência média.

Apesar de raquítica, a ação externa do governo JK voltada ao continente africano existiu, restringindo-se ao reconhecimento dos novos Estados e a negociações que possibilitaram a troca de missões diplomáticas, sem no entanto posicionar-se de maneira abertamente favorável ao movimento de descolonização, adotando posições favoráveis à Portugal nos fóruns internacionais quando o assunto era o fim dos impérios coloniais (Cervo; Bueno, 2022). Ademais, uma grande preocupação envolvendo o continente africano foi a possibilidade do estabelecimento de relações privilegiadas no fornecimento de produtos primários à Comunidade Econômica Europeia (Saraiva, 2012).

O governo defendeu firmemente que tal situação ocasionaria em concorrência desleal com o Brasil. Diante disso, aprofunda as relações com Portugal, reconhecendo como províncias as colônias portuguesas e logrando a obtenção do “Convênio do Café”, que garantiu a competitividade do café brasileiro frente ao café africano (Visentini, 2010). Tal falta de ação frente a efervescência política do continente africano gerou profundas críticas dentro de diversos setores do governo, principalmente no Itamaraty, cujos críticos se organizaram em torno da defesa de uma política africana brasileira que viria a ser um dos desdobramentos da PEI no governo seguinte (Saraiva, 2012).

A Política Externa Independente do governo Quadros (1961) e Goulart (1961-1964) é um ponto de inflexão na política externa brasileira, no qual o Brasil busca atuar de maneira autônoma, valorizando o interesse nacional acima das questões ideológicas características da Guerra Fria. Dessa forma, não apenas o continente africano, mas o terceiro mundo como um todo, assim como os países socialistas, ganham espaço na ação exterior brasileira. Com isso, observamos o desenvolvimento de um conjunto de ações concretas de valorização do espaço africano no pensamento estratégico brasileiro (Cervo; Bueno, 2022).

Como dito acima, o olhar para a África da PEI não significava um posicionamento ideológico, muito pelo contrário, constituiu-se em uma linha de frente da luta pelo desenvolvimento do capitalismo coordenado pelo Estado, enxergando no continente africano oportunidades econômicas que não poderiam ser desperdiçadas. Ainda, a aproximação com a África e a defesa explícita da descolonização, que causou mal-estar com Portugal, importante aliado, não significava de forma alguma um alinhamento com o terceiro-mundismo, constituindo-se, de fato, por uma ação independente que buscava atuar em todas as frentes possíveis da política exterior, aproveitando oportunidades de aumento de barganha e ganhos políticos e econômicos na arena internacional (Visentini, 2016).

Ainda em 1961, cria-se a Divisão de África no Itamaraty, assim como são abertas embaixadas em Acra, Tunis, Dakar e Lagos, uma série de consulados em outras cidades importantes da África, com negociações para sua elevação para embaixadas. Busca-se promover vínculos econômicos e culturais e organizar visitas de autoridades brasileiras e africanas. Dentre todas as regiões do vasto continente africano, a África atlântica (ocidental e austral) era prioritária, tendo em vista a prioridade econômica dada pelo governo. Apesar de assertiva, esse primeiro influxo brasileiro no século XX em direção à África recebeu críticas por parte de alguns

diplomatas pela falta de estrutura das missões e pelo foco muito maior nas questões comerciais, relegando as questões políticas e a promoção cultural ao segundo plano (Saraiva, 2012).

A tomada de poder pelos militares em 1964 representou um refluxo na neonata política africana brasileira. O governo Castello Branco (1964-1967) adotaria uma política externa hemisférica, bilateral e voltada ao Ocidente, principalmente aos EUA, que apoiaram amplamente as forças que depuseram Goulart. Dessa forma, é posto um freio não apenas na PEI, como também nas realizações da OPA, reduzindo significativamente a autonomia brasileira no âmbito internacional. Retoma-se a ideia do antagonismo leste-oeste do Governo Dutra, em detrimento da visão norte-sul da PEI e da OPA (Visentini, 2004; Saraiva, 2012).

Com isso, retomam-se as posições pró-lusitanas nas questões referentes ao colonialismo, tendo em vista a inaceitabilidade do estabelecimento de um regime socialista na outra margem atlântica. De acordo com Visentini (2004, p. 64) “a política africana do Brasil no governo Castello Branco era orientada por dois impulsos: a) cortejar as delegações do Terceiro Mundo em órgãos multilaterais; e b) buscar ampliar mercados”. Assim, o foco brasileiro foi na manutenção e estabelecimento de relações comerciais com o continente africano, sendo enviada a primeira missão comercial do Brasil aos países costeiros da África Ocidental (Saraiva, 2012). Dessa forma, o foco brasileiro estava nos países neocoloniais do Golfo da Guiné, com destaque para a visita do presidente senegalês Léopold Senghor, e nos regimes racistas da África Austral (Visentini, 2004).

O governo Costa e Silva (1967-1969) foi eleito como uma reação dos setores industriais e nacionalistas à subserviência ingênua e apequenada dos castelistas. Assim, a chamada “Diplomacia da Prosperidade” rompe com os prepostos do governo anterior e resgata muitos objetivos da PEI, como a busca pelo desenvolvimento e autonomia frente às dinâmicas da bipolaridade, adotando a roupagem terceiro-mundista no momento que a *Détente* desnudava as dicotomias das relações norte-sul (Visentini, 2004). Apesar da mudança de posicionamento em linhas gerais, a política externa do governo Costa e Silva para o continente africano não diferiu profundamente das de seu antecessor, havendo envio e recebimento de novas missões diplomáticas e, no geral, permaneceu o apoio a Portugal nas questões das colônias lusitanas e o bom relacionamento com o regime sul-africano e com os países neocoloniais do Golfo da Guiné (Saraiva, 2012).

O governo Médici (1969-1974) apresenta latentes diferenças em relação aos governos anteriores, diferenças essas que não restringiam-se apenas na forma com que o governo enxergava o cenário internacional, mas também nas significativas transformações que começavam a ocorrer e que não passaram despercebidas aos olhos do governo. Assim, a “Diplomacia do Interesse Nacional” abandona o discurso politizado, sem no entanto, retroceder às estratégias castelistas de subserviência ingênua, adotando o pragmatismo como estratégia de uma política que estava ciente das dinâmicas norte-sul e que não mais buscava a transformação das mesmas, mas sim um melhor posicionamento internacional, ou seja, o Brasil Potência (Visentini, 2004).

Dessa forma, considerando o cenário internacional dos anos 1970 de desgaste da hegemonia americana e a ascensão de novos centros capitalistas de projeção econômica, e percebendo a possibilidade que potências médias poderiam encontrar nos desequilíbrios nas dinâmicas norte-sul — dado o seu posicionamento semi-periférico —, o governo Médici terá uma política externa que valer-se-á do bilateralismo como forma de atuação nas questões em que o país detinha margem de manobra para atuar sozinho e no multilateralismo para questões sensíveis e complexas, nas quais a atuação individual não lograria êxito (Saraiva, 2012).

Quanto à política africana do governo, o Brasil consolidou sua posição na África Ocidental, mantendo uma relação ambígua entre a condenação do colonialismo e a manutenção de boas relações, mas cada vez mais “tímidas” com Portugal e África do Sul, buscando a manutenção das relações com ambos setores e se colocando à disposição de Lisboa para mediar as independências africanas (Visentini, 2016). O Chanceler Gibson, em 1972, realiza importante viagem pela África Ocidental que consolidou o entendimento desse espaço como estratégico para o Brasil, resultando em acordos econômicos em diversos setores, estabelecimentos de programas de intercâmbio educacional e cultural, acordos de cooperação técnica e científica, visita de representantes militares e expansão dos contatos de alto nível (visitas ministeriais africanas ao Brasil) e expansão da rede diplomática brasileira na África (Cervo; Bueno, 2022).

A aproximação diplomático-comercial com o continente africano segue e desenvolve-se ainda mais durante o governo Geisel (1974-1979). As ambiguidades em relação à África portuguesa são superadas, havendo um posicionamento claro e incisivo do Brasil no tocante à urgência da emancipação das colônias portuguesas. Antes mesmo do final das negociações com Guiné Bissau e Portugal serem concluídas, o governo brasileiro já havia reconhecido a

independência do novo Estado, exortando o mesmo destino à Angola e Moçambique (Visentini, 2004).

Da mesma maneira, antes mesmo da independência angolana o Brasil já contava com representação oficial no país, sendo o primeiro a reconhecer a independência deste histórico parceiro com o qual o Brasil possui profundos laços. Mais que isto, se reconhece também como legítimo governo de Angola o (Movimento Popular de Libertação de Angola) MPLA, de viés marxista, indo contra as pressões americanas para reconhecimento da Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA) ou da União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA) (Saraiva, 2012). Isso se dá após um robusto estudo de cenários e possibilidades que apresentava o MPLA como o movimento mais propenso à consolidar-se em Angola e, mais que isso, demonstrava a importância de o Brasil manter boas relações com esse histórico parceiro em um movimento de contenção da influência soviética nesse espaço estratégico para o Brasil, rico em petróleo, tão cobiçado durante o período dos Choques do Petróleo (Visentini, 2004).

Entre 1974 e 1979 ocorreram intensas atividades diplomáticas do Brasil com os países africanos, que aumentava também o destaque dos países do norte do continente, sem no entanto deixar de dar destaque às tradicionais relações com a África Ocidental. Estabelecem-se acordos, comissões, missões diplomáticas, trocas de visitas ministeriais dentre tantas outras formas de intercâmbio político-econômico, científico-militar e cultural. Ainda, em relação aos regimes racistas da África Austral, o Brasil foi firme na condenação e denúncia do *Apartheid*, reduzindo drasticamente os intercâmbios com a África do Sul e criando obstáculos, sempre que possível, ao aumento da influência sul-africana nos demais países sul-americanos sob regimes militares, principalmente no que tange à criação da OTAS, defendida pelos sul-africanos (Visentini, 2016).

O governo Figueiredo (1979-1985), último da sequência de governos militares que se seguiram após a deposição de João Goulart, estabeleceu-se em um momento de acentuação do declínio da hegemonia americana, enfrentando na arena internacional o recrudescimento da Guerra Fria, a ascensão do neoliberalismo e o II Choque do Petróleo, tendo todos esses fatores impactado a política exterior e interior do governo, que lidava ainda com o processo de transição de regime (Saraiva, 2012).

Em linhas gerais, a política africana do governo Figueiredo trabalhava em continuidade com a desenvolvida no governo anterior, dando máxima importância aos países lusófonos, com os quais os laços eram históricos. Em relação à África do Sul, as relações seguiam desgastadas,

assim como o regime do *Apartheid* que aproximava-se do seu fim. Um dos focos brasileiros era evitar a militarização do Atlântico Sul que tinha como um de seus expoentes a África do Sul (Visentini, 2004).

As relações comerciais, diplomáticas, visitas ministeriais, missões técnicas, dentre tantos outros campos de cooperação foram intensos. O Brasil relacionava-se em alto nível com os países africanos que também viam no Brasil um aliado valioso. O ponto alto em níveis de intercâmbio político-diplomático foi a visita feita pelo presidente Figueiredo à África. Fora a primeira vez que um chefe de Estado da América do Sul visitava a África Subsaariana, num roteiro cujas paradas foram focadas no Golfo da Guiné, incluindo Nigéria, Guiné Bissau, Senegal e Cabo Verde, sendo única exceção a ida a Argélia, no norte da África (Visentini, 2004).

O governo Sarney (1985-1990), primeiro governo do novo regime, representa um governo de transição política e econômica inserido no contexto do final da Guerra Fria, fato que coloca o governo frente a um cenário internacional de menor margem de manobra e em um cenário interno de menor concentração de poder no executivo (Saraiva, 2012). Apesar disso, o continente africano segue sendo uma prioridade da agenda exterior nacional, representando uma continuidade da política de valorização do espaço africano que ocorreu desde o governo Médici.

A continuidade se deu não apenas no aprofundamento das relações e intercâmbios entre o Brasil e o espaço africano, como também no aprofundamento de posicionamentos que já vinham sendo adotados no governo anterior, como o recrudescimento da condenação do *Apartheid* e no reconhecimento da legitimidade da *Southwest Africa People's Organization* (SWAPO) em relação à Namíbia e da Frente Polissario em relação ao Saara Ocidental, condenando, respectivamente, as ocupações sul-africana e marroquina (Penha, 2011).

A África lusófona independente, os PALOP, ganham destaque na política governamental, tendo Cabo Verde, Angola e Moçambique recebido o presidente Sarney em sua ida ao continente africano e solicitava-se a paz em Angola, conclamando à retirada das tropas sul-africanas e cubanas do país. Em 1989 realizou-se no Maranhão a I Cúpula dos Países Lusófonos e criou-se o Instituto Internacional da Língua Portuguesa. Também, o espaço sul-atlântico foi um objetivo das investidas diplomáticas brasileiras, que evitaram a militarização da região após a Guerra das Malvinas com a criação, no âmbito da Assembléia Geral das Nações Unidas (AGNU) da ZOPACAS e com a promoção no Rio de Janeiro, em 1988, da I Conferência do Atlântico Sul (Visentini, 2016).

Intensificam-se as relações econômicas com o continente, com a assinatura de diversos contratos em diversos setores, com destaque para as empreiteiras brasileiras e para a venda de armamentos para Angola e para a Líbia. Mais que isso, o Brasil valeu-se das sanções econômicas para pressionar a África do Sul a dismantelar o regime de segregação. Obviamente, a venda de armas à Líbia incomodou profundamente os EUA que emitiram um memorando de repúdio. Apesar dos avanços, as relações especiais que os países africanos mantinham com as ex-colônias representava um freio nas expectativas brasileiras em um contexto da “década perdida” africana (Saraiva, 2012).

Apesar dos entraves e desafios, o governo Sarney logrou a manutenção de relações de alto padrão com o continente africano, dando continuidade à política dos governos anteriores de valorização do intercâmbio político-econômico com o continente. Abriram-se mercados para as principais empresas brasileiras e consolidou-se as áreas de cooperação em torno dos países lusófonos e dos países atlânticos. Ainda, a atuação brasileira dirigiu-se no sentido de estabilizar a região, atuando como mediador da paz na África Austral no âmbito multilateral, tendo papel de destaque na retirada das tropas externas de Angola, chefiando a United Nations Angola Verification Mission I (UNAVEM I), e na defesa da desocupação da Namíbia (Visentini, 2016).

Assim, com o fim do governo Sarney percebe-se um profundo refluxo na política africana brasileira. O foco de atuação brasileiro na África se volta à África Austral, PALOP e Nigéria, objetivando nesses países, com os quais as relações comerciais e culturais eram mais profundas, e cuja posição estratégica e peso político torna-os relevantes, a consolidação da ZOPACAS e construção das dinâmicas regionais, e comerciais, atlânticas (Cervo; Bueno, 2022).

4.2 OS PONTOS DE TENSÃO E A CONSTRUÇÃO DO MULTILATERALISMO SUL-ATLÂNTICO

O desenvolvimento do multilateralismo no Atlântico Sul esteve atrelado a um histórico de tensões entre os principais atores regionais e as potências externas presentes no espaço sul-atlântico e, em paralelo, tensões entre os próprios atores regionais. Essas tensões não representavam necessariamente antagonismos intransponíveis, pelo contrário, eram oriundas da condição secundária ocupada por esses atores nas próprias dinâmicas da região. A superação das desconfianças mútuas possibilitou uma coordenação para que se constituísse um espaço de

cooperação e diálogo em busca de um melhor posicionamento frente aos interesses das grandes potências no Atlântico Sul, sendo considerados, então, nessa equação, Brasil, Argentina, África do Sul e Nigéria.

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, o pensamento geopolítico brasileiro vai, no âmbito da Escola Superior de Guerra (1949), desenvolver-se em torno de duas correntes que defendiam, de um lado, com Golbery, a necessidade de desenvolvimento de uma projeção que contasse com uma sólida aliança com os EUA, no contexto da bipolaridade e, do outro lado, Therezinha de Castro, já nos anos 1970, que não considerava fundamental o alinhamento com os Estados Unidos tendo em vista o apoio aos britânicos no conflito das Malvinas (Penha, 2011).

A simplificação acerca das correntes geopolíticas brasileiras feita acima elucida as diferentes visões de como o Brasil deveria se inserir na região. Até meados dos anos 1970 o Brasil vai se comportar como um sócio menor dos EUA nas dinâmicas geopolíticas do Atlântico Sul, tendo a maioria das embarcações oriundas desse parceiro que se opunha à renovação e ampliação da frota brasileira. A partir do governo Geisel o Brasil vai, frente aos novos arranjos internacionais e a pujança econômica, buscar ter uma marinha mais autônoma frente a marinha americana, gerando tensionamentos que culminaram na denúncia do Acordo Militar de 1952 por parte do Brasil e na descontinuidade das atividades da Missão Naval dos EUA (Vidigal, 1985).

A partir disso, o Brasil busca se inserir de maneira mais autônoma e assertiva na região, ampliando os estudos sobre a geopolítica do Atlântico Sul no âmbito da ESG e da Escola de Guerra Naval (EGN). São tomadas iniciativas para a obtenção de novos equipamentos, como, por exemplo, a obtenção do porta-aviões São Paulo e o começo dos estudos para o desenvolvimento do submarino com propulsão nuclear. Por outro lado, os contenciosos com a Argentina são gradualmente mediados, aumentando a confiança entre esses dois vizinhos, levando inclusive à cooperação nas pesquisas nucleares e culminando na assinatura do Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares (TNP) por parte do Brasil e da Argentina. Esse impulso de modernização da marinha brasileira e o próprio desenvolvimento nuclear do Brasil e da Argentina (os quais não são objetos de estudo deste trabalho) desagradam os EUA que preferiam a preservação da condição dependente desses aliados (Becker; Egler, 1993; Penha, 2011).

Outras questões envolvendo o Brasil que vão gerar debates são: 1) a ampliação do mar territorial que se deu acompanhando uma série de resoluções multilaterais, atendendo a interesses econômicos em diversos setores, como o pesqueiro, em razão da presença de navios

pesqueiros franceses (“Guerra das Lagostas”, 1962), no entanto, a ampliação do mar territorial desagradava aos EUA que defendiam a liberdade dos mares no espaço americano; e 2) a projeção brasileira na Antártica, gerando tensões com a Argentina, que considera que as reivindicações brasileiras entram em colisão com as suas, e com os EUA, que tentam impedir a participação brasileira nas discussões acerca do estabelecimento do Tratado da Antártica (Castro; Delgado de Carvalho, 1956; Vianna Filho, 1995).

Figura 8: Amazônia Azul



Fonte: Thompson; Muggah (2015)

A Argentina, por sua vez, teve como principal desafio em sua inserção regional a superação dos litígios territoriais, enfrentando questões com o Chile (disputas territoriais), com o Brasil (Bacia do Prata) e com o Reino Unido (Malvinas). A questão com o Brasil concentrava-se na questão das disputas na Bacia do Prata e no aproveitamento dos rios e leitos compartilhados, havendo uma “corrida” pela construção de infraestruturas como portos, barragens e hidrelétricas, ou seja, aproveitamento de recursos e uso do espaço para escoamento comercial (Penha, 2011).

As controvérsias serão solucionadas com o Acordo Tripartite Brasil-Argentina-Paraguai de Aproveitamento Hidrelétrico de Itaipu-Corpus (1979), que reduzirá significativamente a tensão entre os dois vizinhos que se aproxima nos anos seguintes, tendo o Brasil apoiado diplomaticamente a Argentina durante a Guerra das Malvinas. Em relação ao Chile, as divergências se davam em relação ao controle da Passagem de Drake e da projeção para a Antártica e suas ilhas, além da possibilidade de projeção no Pacífico por parte dos argentinos (Fraga, 1983).

Após diversas rodadas de negociação e o aumento gradual das tensões, é assinado em 1984, em Roma, sob arbitragem papal, o Tratado de Paz e Amizade, que reduz significativamente os litígios, estabelecendo que: 1) as ilhas disputadas permaneceriam pertencendo ao território chileno; 2) o Chile abdica de qualquer projeção de poder para o Atlântico Sul, concentrando sua atuação no Pacífico enquanto à Argentina caberia a projeção atlântica; 3) define a região marítima do Cabo Horn como “Mar da Zona Austral” e estabelece o congelamento da delimitação dos setores antárticos que se sobrepujam, deixando sua definição para o futuro (Coutau-Bégarie, 1985).

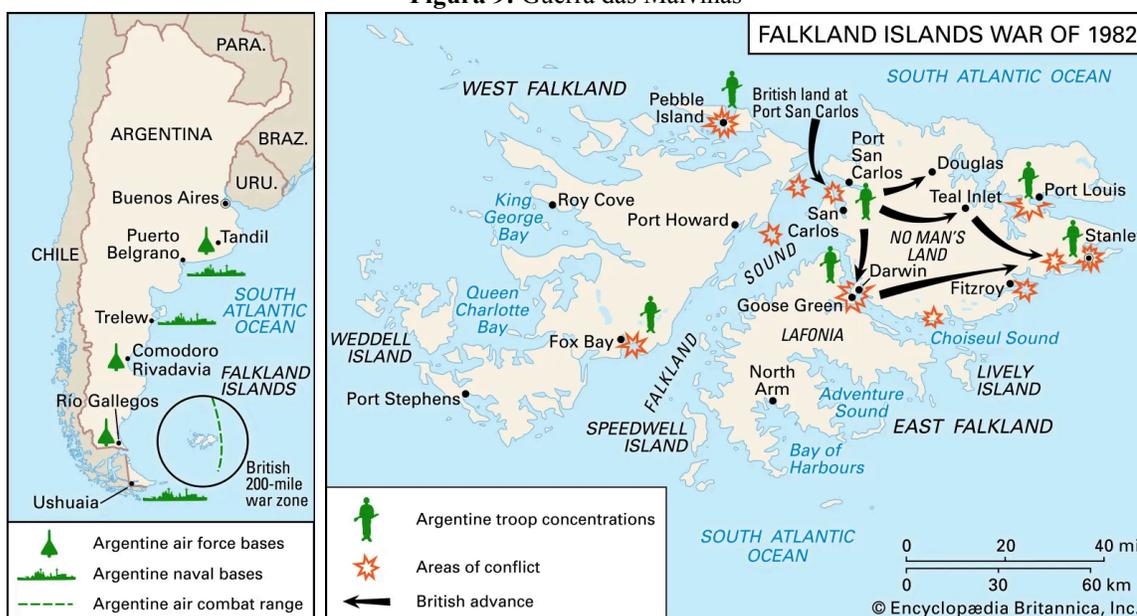
A questão das Malvinas, no entanto, foi a mais expressiva, resultando no conflito com o Reino Unido pela soberania das ilhas atlânticas. O Reino Unido, que passou a ocupar as ilhas em 1833 e que nunca esteve disposto a discutir bilateralmente a reivindicação argentina, alegando o princípio de “*res nullius*”, ou seja, que quando passou a ocupar as ilhas elas não eram reivindicadas e, tampouco, ocupadas por nenhum governo. Desta forma, as relações entre os dois países passaram a deteriorar-se em 1975, com a apreensão do navio britânico *Shackleton*. Em 1976, com a reincidência do navio e sua conseqüente apreensão, os embaixadores de ambos os países foram removidos. Em 1981 novas negociações se iniciam, no entanto, os britânicos não reconheciam o direito de exploração das empresas argentinas na bacia austral, o que causou a paralisação das negociações e o rompimento dos acordos de exploração conjunta que haviam sido firmados (Lhaver, 1984).

No ano seguinte, 1982, a Argentina solicitou novas negociações, nas quais reforçou seu direito à soberania dos territórios em litígio. Os britânicos se puseram contrários à retórica argentina e passaram a valer-se do argumento de que os moradores das Malvinas, os *Kelpers*, colonos escoceses levados para povoar a ilha, tinham direito à autodeterminação e desejavam

continuar sob a administração britânica. Cabe notar que a presença militar na ilha era reduzida a apenas um navio patrulheiro quebra-gelo (Penha, 2011).

Assim, no dia 2 de abril de 1982 foi autorizada a invasão das Malvinas, havendo a ideia, por parte dos argentinos, que não haveria reação britânica (um erro de cálculo, considerando que haveriam eleições no Reino Unido) e que os Estados Unidos apoiariam a Argentina baseados no TIAR, sendo que o apoio foi dado aos britânicos, no âmbito da OTAN. As consequências do conflito para a Argentina foram negativas, sucumbindo à reação britânica e, em decorrência disso, o regime que já estava fragilizado foi à bancarrota (Vigarié, 1990).

Figura 9: Guerra das Malvinas



Fonte: Encyclopedia Britannica (2023)

Apesar disso, as consequências regionais foram, de certa maneira, favoráveis tanto à integração sul-americana quanto à sul-atlântica. No âmbito da América do Sul, houve a percepção de que: 1) por mais bem preparadas que fossem as forças sul-americanas, e as forças argentinas tinham passado recentemente por uma modernização, naquele momento, só seria possível fazer frente a uma ameaça extrarregional em uma ação conjunta com os vizinhos; 2) Apoiar-se no TIAR não era mais uma alternativa. No âmbito da cooperação sul-atlântica o impacto da Guerra das Malvinas levou a última a defender o projeto da ZOPACAS, abandonando

a posição que tinha, em conjunto com a África do Sul, de que se deveria criar uma organização nos moldes da OTAN (Visentini, 2016; Coradini, 2022).

Penha (2011) identifica que do lado africano do Atlântico é importante considerar dois atores: a Nigéria e a África do Sul. Apesar de a Nigéria não conseguir projetar forças navais em águas oceânicas, o país teve papel fundamental na articulação da ZOPACAS, além de ter um enorme peso demográfico e econômico na África. Ademais, foi uma liderança no combate ao regime segregacionista sul-africano, mostrando assim duas propostas africanas de associação regional, tal qual ocorria no continente sul-americano: uma focada na manutenção da paz e no desenvolvimento econômico e outra na aliança militar com potências da OTAN.

Dessa forma, a Nigéria propôs os debates sobre a ZOPACAS, tal qual fazia o Brasil do outro lado do Atlântico, visando o fortalecimento regional calcado no desenvolvimento e na contenção das potências externas que, constantemente, faziam intervenções nas dinâmicas regionais, como era o caso da França na África Ocidental, o que impulsionou a Nigéria na busca pela cooperação regional (Nwoke; Okwuch, 1995).

A África do Sul, a seu turno, defendia a criação da chamada “Organização do Tratado do Atlântico Sul”, a OTAS, uma aliança militar visando a contenção soviética na região, principalmente no entorno sul-africano da África Austral. Essas tensões que a África do Sul vai identificar com seus vizinhos se dão, principalmente, por sua postura intervencionista e pelo próprio regime interno do país, gerando embates com os demais países africanos. No entanto, apesar de ser uma aliada do Ocidente, a África do Sul tem uma política de emancipação e independência frente às potências ocidentais, havendo em razão disso tensões com o Reino Unido (Kornegay, 2013).

Assim, a África do Sul buscou desenvolver sua marinha, encontrando oposição no Reino Unido, que detinha o controle da Base de Simonstown, na península do Cabo, região estratégica para garantir o controle da rota comercial que havia ali. Com isso, os sul-africanos só conseguiram retomar o controle da Base de Simonstown em 1975, após modernizar sua marinha nos moldes da *Royal Navy* e garantir o livre acesso da base aos navios britânicos e de seus aliados da OTAN. Com o fim do *Apartheid*, os sul-africanos também aderem à ZOPACAS e passam a buscar não apenas uma cooperação no âmbito do Atlântico Sul, como também no âmbito do oceano Índico, com os atores dessa região (Butts; Thomas, 1986).

Falando de maneira mais específica sobre as propostas de ação multilateral no Atlântico Sul, podemos identificar, como descrito acima, duas tendências de articulação regional. A primeira, que viria a ser conhecida como OTAS, recebia apoio da África do Sul, Chile (antes dos acordos de 1984) da Argentina e dos próprios membros da OTAN, na qual se inspirava. O Brasil desde as primeiras proposições acerca da OTAS se mostrou reticente, não estando disposto a ingressar em alianças militares além do TIAR. Em 1957 e 1958 são realizadas manobras militares, respectivamente, Atlantis I e II, cujo intuito era a troca de informações de logística entre as marinhas regionais e a dos *US Navy* e organizar manobras conjuntas, no entanto, foi descontinuada no segundo ano (Penha, 2011).

Ao longo dos anos 1960 o espaço sul-atlântico não representou grande preocupação nas políticas de defesa da OTAN e as marinhas da região foram desestimuladas pelos EUA a expandirem-se e modernizarem-se. Com a emancipação das colônias portuguesas nos anos 1970 a situação muda pois a URSS passa a fazer-se presente na região a partir de Angola (presença esta já discutida no capítulo anterior e supervalorizada pelo Ocidente) e ocorre o fechamento do Canal de Suez, aumentando o valor estratégico da Rota do Cabo (Coutau-Bégarie, 1985).

O aumento da importância estratégica do Atlântico Sul leva à retomada dos debates para a criação de um tratado militar regional. Para os argentinos, seria uma oportunidade de aumentarem sua influência sobre a Rota de Horn e o prestígio para as suas reivindicações territoriais na Antártica. Para os sul-africanos, seria uma legitimação do regime por parte do Ocidente. No começo dos anos 1980 a proposta atingiu seu ponto máximo, sendo realizado um grande exercício naval entre a OTAN e os “candidatos” à OTAS, havendo uma profunda disposição das marinhas sul-africana e argentina para a constituição dessa organização. No entanto, a Guerra das Malvinas representou um revés definitivo para a proposta, que foi abandonada e mal vista pelos países da América do Sul (Penha, 2011; Kornegay, 2013).

A segunda proposta, cuja implementação se concretizou, viria a ser a Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS) e teria dentre seus principais defensores o Brasil e a Nigéria, que acreditavam na importância de uma organização cujos assuntos securitários fossem debatidos pelos países da região, sem a participação dos atores externos que se faziam presentes no Atlântico Sul, e no desenvolvimento econômico e comercial. Mais que isto, para o Brasil não fazia sentido um tratado regional sem as presenças de Angola e Nigéria, importantes parceiros

significativas no cenário internacional, como o fim da Ordem Bipolar e o desmantelamento da URSS, havendo novamente a diminuição do valor estratégico da região.

Mais que isso, os países de ambas as margens passarão a enfrentar profundas restrições e crises econômicas advindas da adoção do neoliberalismo, resultando em uma retração das discussões e da cooperação sul-atlântica. Apesar do quase abandono do foro, realiza-se em Brasília, no ano de 1994, a III Reunião Ministerial da ZOPACAS, que, de acordo com Pereira (2016, p. 63)), “[adotou] a Declaração de Cooperação Comercial no Atlântico Sul, [...] a Declaração de Desnuclearização do Atlântico Sul e a Declaração do Meio Ambiente Marítimo”, contando já com a presença sul-africana que havia encerrado seu regime de segregação. O cenário internacional, leva, então, a uma inação do foro durante os anos 1990. No entanto, a efervescência típica dos momentos de crise e transição fará com que a ZOPACAS volte ao topo da agenda nos anos 2000, em um cenário já diferente do de sua criação.

5 O FIM DA ORDEM BIPOLAR E OS NOVOS DESAFIOS GEOPOLÍTICOS DO ATLÂNTICO SUL

Os acordos de Yalta (1945) organizaram o mundo conforme divisões e antagonismos claramente identificáveis e cujas rivalidades mútuas justificavam a própria existência daquelas dinâmicas. O fim da Guerra Fria representou também o fim da Ordem bipolar e, conseqüentemente, da Pax Americana. Apesar de muitos preconizarem a desintegração da União Soviética como uma vitória dos Estados Unidos, — resultando na constituição de uma superpotência, cujos princípios seriam difundidos pelo mundo em uma “segunda fase” da Pax Americana —, a realidade se mostrou oposta (Wallerstein, 2001).

A partir dos anos 1990 o que se observa é o latente declínio do poder americano e de sua capacidade de ordenar o Sistema Internacional. Wallerstein (2004, p. 25) nos diz que hoje os Estados Unidos são uma “superpotência solitária à qual falta um verdadeiro poder, um líder mundial que ninguém segue e poucos respeitam, e uma nação perigosamente à deriva, imersa em um caos global que ninguém pode controlar”.

Vizentini (2005) afirma que as análises que defendem a unipolaridade ignoram o fator da diluição de poder mundial, ou seja, no âmbito militar, por exemplo, os Estados Unidos seguem sendo a principal potência, no entanto, em outros setores, como o econômico, há uma reversão da posição de principal credor mundial para a de principal devedor, sendo superado pela China, que nas últimas décadas vem obtendo resultados impressionantes no setor econômico e social (Arrighi, 2007). Segundo Vizentini, (2005, p. 92),

O fim da bipolaridade também enfraqueceu o Movimento dos Países Não-Alinhados, enquanto os demais conflitos regionais, cuja resolução igualmente havia sido negociada por Washington e Moscou, ao invés de terem sido eliminados, foram redimensionados. A dimensão ideológica e estratégica do confronto Leste-Oeste desapareceu, mas foi substituída pela "tribalização" no plano interno e pela ingerência de potências regionais e médias, fornecedoras de armas e desejosas de ocupar o vácuo criado com o fim da Guerra Fria (Alemanha, Irã, Turquia, Paquistão, por exemplo). [...] A reorganização acelerada do capitalismo na época da III Revolução Industrial e da globalização da economia, aliada à crise política desencadeada com o fim do campo soviético e da própria bipolaridade, esvaziou de conteúdo os parâmetros até então vigentes. Nunca os diversos atores políticos, especialmente os grupos dominantes, atuaram tanto através de políticas de curto prazo, num imediatismo tático incapaz de identificar o "inimigo". Daí as destruições brutais abandonadas no meio do caminho, como no Iraque e na Iugoslávia, e a política de "vampirismo" e "fim dos tempos".

Dessa forma, vivemos em um momento em que há a ausência de uma hegemonia, ou seja, de um ator capaz de ordenar o Sistema e impor uma ordem. Ainda, o momento de crise e transição sistêmica pelo qual estamos passando abriu a possibilidade para a ascensão de novos pólos de poder que direcionam o Sistema Internacional para uma Ordem Multipolar. Pereira e Sardo (2022, p. 37), entendem como válida a hipótese¹³ de que “a crise de 2008 pode [...] representar o fim do longo século XX [...], elencando um novo ciclo sistêmico de acumulação” que seria sino-americano, logo dicotômico e não-hegemônico, e multipolar.

Emmanuel Todd (2004) entende que hoje há uma relação inversa na qual os Estados Unidos não são mais politicamente fundamentais como liderança mundial — conforme Wallerstein (2001) já havia preconizado — e, pelo contrário, passaram a depender economicamente do resto do mundo. Dessa forma, como aconteceu com os hegemons anteriores que declinaram, o Sistema Internacional expandiu-se e complexificou-se de tal sorte que o hegemon já não detém mais a capacidade e os recursos necessários para que exerça a hegemonia.

Assistimos portanto ao desenvolvimento de um militarismo teatral, compreendendo três elementos essenciais: 1) Nunca resolver definitivamente um problema, para justificar a ação militar indefinida da "única superpotência" em escala planetária. 2) Fixar-se em micropotências — Iraque, Irã, Coréia do Norte, Cuba etc. A única maneira de continuar politicamente no centro do mundo é "enfrentar" atores menores, valorizadores do poder americano, para impedir ou pelo menos retardar a conscientização das potências maiores chamadas a compartilhar com os Estados Unidos o controle do planeta: a Europa, o Japão e a Rússia a médio prazo, a China a mais longo prazo. 3) Desenvolver novas armas que supostamente poriam os Estados Unidos "muito à frente", numa corrida armamentista que não pode nunca mais cessar (Todd, 2004, p. 32).

Assim, Todd (2004) considera que presenciamos a encenação de um “militarismo teatral” no qual os Estados Unidos tornam-se um fator de instabilidade e geram um clima belicoso. Com isso, cria-se inimigos que necessitam serem combatidos — e que não são necessariamente outros Estados, como é o caso do “terrorismo” e dos “ditadores” —, e cujo objetivo é buscar uma afirmação do papel que não mais exercem, entrando em embate com atores de menor poder (Afeganistão, Iraque, Síria, Líbia) e boicotando os pólos de poder com os quais rivaliza através de terceiros¹⁴.

¹³ A discussão pode ser aprofundada em Pereira e Sardo (2022), Arrighi (1996; 2007) e Arrighi e Silver (2001).

¹⁴ O conflito na Ucrânia elucida bem essa estratégia, representando uma tentativa de desestabilização não só da Rússia, como também da União Europeia (Alemanha e França).

Visentini (2019) apresenta uma proposta analítica para a compreensão daquilo que identifica como sendo os “eixos de poder mundial” do século XXI, dividindo o sistema mundial em 4 eixos de poder, cada qual com suas características e capacidades. O primeiro eixo, liderado pelos Estados Unidos, “o eixo militar-rentista anglo-saxão”, é composto também por Reino Unido, Austrália, Canadá, Nova Zelândia e, parcialmente, por Israel. Atingiu o estágio pós-industrial rentista e detém recursos militares, diplomáticos, financeiros, tecnológicos, de inteligência e de comunicações logísticas e informacionais, compartilhando uma grande rede de inteligência global, compartilhando informações entre si, sendo fundamental a manutenção dos territórios ultramarinos e dependências, que dão dimensões globais a esse eixo.

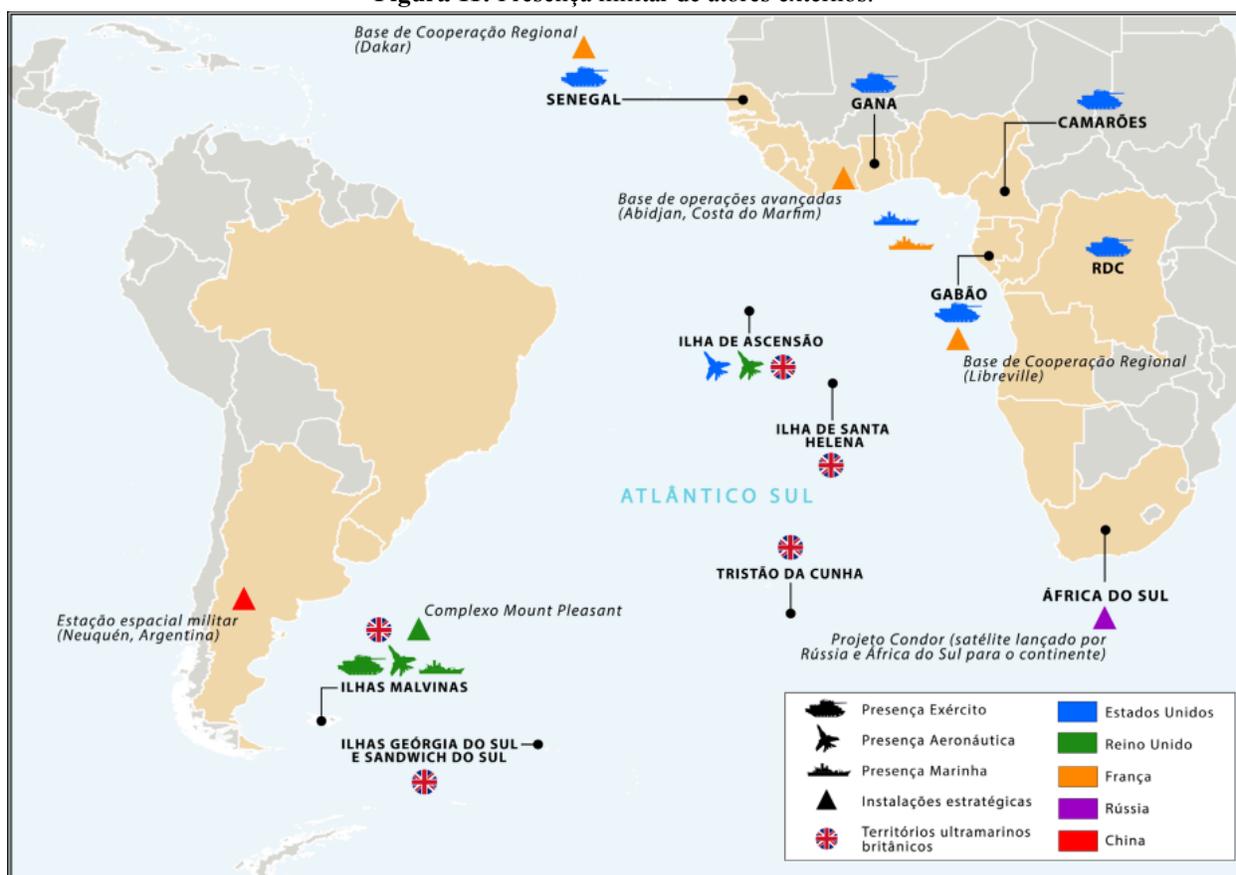
O segundo eixo é o “industrial-desenvolvido”, composto pela UE, Japão e Tigres asiáticos. Se baseia nas potências médias que disputavam influência no início do século passado, como Japão e Alemanha (que têm sérias restrições de soberania) e França (perdida estrategicamente mas com capacidade nuclear). Todos são países aliados dos EUA via OTAN ou acordos bilaterais e detém ampla capacidade industrial. Assim como Todd, Visentini (2019) apresenta a questão de uma insegurança artificial fomentada pelos EUA na Ásia, fundamental para manter afastada a China dos Tigres Asiáticos. Esses países aproximam-se, comercialmente, cada vez mais dos BRICS, mas permanecem aliados militar-diplomáticos do eixo anglo-saxão.

O terceiro grupo, por sua vez, é apresentado como o “eixo industrial emergente”, composto pelos BRICS, Turquia e Irã, não conseguindo “projetar poder militar global e dependendo da atitude que o segundo eixo vier a adotar” (Visentini, 2019, p. 11). China e Rússia são membros permanentes do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) e, assim como a Índia, detém capacidade nuclear. Outro grupo importante é a Organização para Cooperação de Xangai (OCX), que representa o “terror estratégico dos EUA”, de acordo com o autor. Por fim, o quarto eixo é o “agrário, mineral e demográfico periférico”, abarcando os demais Estados do terceiro mundo. Apesar das diferenças de recursos e de alinhamentos, esses países têm uma posição semelhante na economia mundial.

Dessa forma, a ausência de ordem leva a uma flexibilização das zonas de influência, outrora rígidas, considerando assim o aumento da disputa por recursos e apoio. Assim, a presença de novas potências extrarregionais no Atlântico Sul, como China e Rússia, representa um desafio à presença exclusiva de atores ocidentais em uma tradicional zona de influência desses países (Pereira, 2013).

Atualmente, podemos observar a presença de três grandes atores externos na região: OTAN (com destaque para EUA, França e Reino Unido), China e Rússia. O Reino Unido se faz presente na região, como foi demonstrado nos capítulos anteriores, a partir do domínio de uma série de arquipélagos sul-atlânticos, enquanto os EUA recorrem às bases militares estabelecidas no continente africano para se projetar militarmente no Atlântico Sul, assim como mantém uma frota marítima patrulhando a zona. A presença francesa é semelhante à americana, utilizando também as bases militares na Guiana Francesa (González, 2018).

Figura 11: Presença militar de atores externos.



Fonte: Boletim Geocorrente (2021)

O Atlântico Sul tem em ambas as suas margens incontáveis riquezas naturais, assim como se constitui como um espaço estratégico nos níveis econômico-comercial e militar-estratégico. A disponibilidade *offshore* dos recursos naturais, de acordo com Beny (2007), traz consigo uma série de vantagens, reduzindo a dependência dos países ocidentais em relação à Organização dos Países Produtores de Petróleo (OPEP) assim como garantindo a continuidade da

exploração independente da situação político-social do país, tendo em vista que a exploração ocorre em alto-mar. Ainda, o Golfo da Guiné possui reservas de petróleo abundantes e de alta qualidade, apresentando vantagens logísticas em vista de a produção ser de mais fácil escoamento e de evitar a passagem pelo Golfo de Áden, no qual a pirataria (que começou a se deslocar justamente para o Golfo da Guiné) é constante devido ao alto fluxo de petroleiros e cargueiros oriundos de Suez (Beny, 2007).

Curiosamente, o aumento da pirataria, que em primeira análise parece prejudicial às potências estrangeiras, garante os elementos factuais para que esses países justifiquem o reforço de sua presença militar no Atlântico Sul (Fituni; Abramova, 2010). Com isso, veremos a partir de 2007 um incremento das políticas norte-americanas direcionadas para a África, com a criação do *United States Africa Command* (AFRICOM), cuja ação, oficialmente, visava ao combate do terrorismo islâmico por meio do fornecimento de conselheiros, doutrinas e adestramento de efetivos, podendo ainda, se necessário, conduzir operações militares (Visentini; Migon; Pereira, 2016).

Nossos parceiros no Golfo da Guiné e no Chifre da África precisam de uma infraestrutura de segurança marítima robusta e interoperável para proteger suas fronteiras e recursos marinhos. O US AFRICOM se envolve e treina com as forças costeiras, aproveitando dois ativos navais: o USS Hershel "Woody" Williams e o USNS Trenton [...]¹⁵ (AFRICOM, 2023, p. 17, tradução própria).

Em realidade, o estabelecimento do AFRICOM, assim como a reativação da IV Frota (2008), cristaliza uma série de políticas adotadas para garantir o interesse dos Estados Unidos na região, como o acordo para o estabelecimento de uma base naval estadunidense em São Tomé e Príncipe (2003), o programa *Africa Partnership Station 2010*, a I Cúpula EUA-UA (2014), a *National Security Strategy* (2015) e uma série de visitas de alto nível ao continente, sendo que em todos os documentos, ações e discursos o tema da segurança marítima, assim como o combate ao terrorismo, era tratado (González, 2018; Fituni; Abramova, 2010).

¹⁵ Do original: Our partners in the Gulf of Guinea and the Horn of Africa need a robust and interoperable maritime security infrastructure to protect their borders and marine resources. USAFRICOM engages and trains with coastal forces, leveraging two naval assets: the USS Hershel "Woody" Williams and the USNS Trenton [...]. Our Navy and Coast Guard ships in the US AFRICOM area of responsibility strengthen America's friendship with littoral countries, enhance food security, and deter crimes, including illegal, unregulated, and unreported fishing linked to the People's Republic of China (PRC).

Em outro trecho do Relatório apresentado ao Senado, é feita menção a necessidade da presença americana para conteção do terrorismo.

A necessidade do US AFRICOM no Oeste da África também é aguda. Associados à segunda maior e de mais rápido crescimento ramificação da Al-Qaeda na África - Jama'at Nusrat al-Islam wal-Muslimin (JNIM) - sequestraram um cidadão americano em Burkina Faso no ano passado. Sua libertação segura foi graças aos nossos parceiros africanos e a um esforço abrangente do governo dos EUA, mas a JNIM continua a manter outro americano sequestrado em 2016 e ameaça cada vez mais os americanos no Oeste da África. Eles estão causando estragos com nossos parceiros regionais à medida que sua influência ultrapassa refúgios rurais em Mali e Burkina Faso e agora se projeta nos estados litorâneos do Golfo da Guiné. A JNIM aumentou dramaticamente os ataques contra civis e forças de segurança, expandindo o território sob sua influência. O resultado tem sido milhares de mortos e milhões de deslocados na África Ocidental, juntamente com uma tensão política aguda que propiciou golpes militares contra governos democráticos em Mali e Burkina Faso. O US AFRICOM está auxiliando nossos parceiros na África Ocidental para limitar a atividade da JNIM e prevenir a expansão da JNIM. Estamos constantemente vigilantes monitorando planos contra americanos ou o território nacional. À medida que a JNIM cresce, a probabilidade de tais planos também aumenta.¹⁶ (AFRICOM, 2023, p. 7, tradução própria).

A atual presença francesa na região do Golfo da Guiné remonta ao final da década de 1990, com o estabelecimento da *Mission Corymbe*, que permanece atuando na região (González, 2018; Schmidt, 2013). Antes disso, partes da região compuseram o Império Francês, o que levou, com o fim do colonialismo, ao estabelecimento de relações neocoloniais com países como o Gabão, que garantem a presença francesa nesta região.

O relatório da Marinha Francesa sobre a atuação na região do Golfo da Guiné e do Atlântico Sul demonstra a importância da região para os franceses, mostrando a longevidade das relações. Ainda, outro ator europeu que se faz presente na região é a Espanha, cujas forças navais atuam por meio de acordos de cooperação militar (*Acuerdos de Cooperación en Defensa con Gabón y Cabo Verde*). Além disso, os espanhóis participam também das atividades petrolíferas, contanto, por fim, com o porto de La Luz, nas Ilhas Canárias, assim como a própria União

¹⁶ Do original: The need for USAFRICOM in West Africa is also critical. Associates of Al-Qaeda's second-largest and fastest-growing branch in Africa - Jama'at Nusrat al-Islam wal-Muslimin (JNIM) - kidnapped an American citizen in Burkina Faso last year. Her safe release was thanks to our African partners and a comprehensive effort by the U.S. government. However, JNIM continues to hold another American kidnapped in 2016 and increasingly threatens Americans in West Africa. They are causing havoc with our regional partners as their influence extends beyond rural havens in Mali and Burkina Faso and now reaches into the littoral states of the Gulf of Guinea. JNIM has significantly increased attacks on civilians and security forces, expanding the territory under its influence. The outcome has been thousands of deaths and millions displaced in West Africa, along with acute political tension leading to military takeovers of democratic governments in Mali and Burkina Faso. USAFRICOM is assisting our West African partners to limit JNIM's activity and prevent its expansion. We remain vigilant in monitoring plans against Americans or the national territory. As JNIM grows, the likelihood of such plans emerging also increases.

Européia (UE), que por pressão francesa, passa a desenvolver projetos relacionados à segurança marítima na região do Golfo da Guiné (González, 2018).

A França se apoia nos laços que conseguiu estabelecer e manter por mais de 30 anos com os parceiros da região, especialmente por meio dos diferentes mandatos da operação CORYMBE, além de contar com sua experiência e modelo nacional em termos de Ação do Estado no mar (AEM). Dessa forma, ela apoia o fortalecimento das marinhas costeiras e, ao mesmo tempo, compartilha seus conhecimentos para capacitar os Estados costeiros a garantirem por si mesmos a segurança de suas áreas marítimas.¹⁷ (RÉPUBLIQUE FRANÇAISE), 2021, p. 17, tradução própria).

A projeção de novos atores extrarregionais no Atlântico Sul não é um fenômeno isolado da política russa ou da política chinesa, mas sim um fenômeno comum. Dessa forma, tanto Rússia quanto China teriam encontrando no continente africano países dispostos a cooperar. A reaproximação russa e a aproximação chinesa com o continente africano tiveram início no final dos anos 1990, em um momento no qual o espaço africano e sul-atlântico perdia valor estratégico, sendo relegado a um segundo plano pelas potências ocidentais (Visentini 2013).

Esse vazio estratégico permitiu que a China se inserisse sem maiores problemas na região, angariando parcerias comerciais e aliados políticos e se consolidando, hoje, como o principal parceiro econômico do continente africano. Ainda, a China se insere na região do Golfo da Guiné com investimentos em infraestrutura e concessão de empréstimos (Alden, 2007). Dessa forma, sempre considerando a não interferência em assuntos internos, os chineses buscam uma parceria cooperativa, baseada em interesses individuais entre países parceiros.

Os investimentos em infraestrutura tem objetivos práticos, possibilitando o escoamento da produção africana que interessa ao investidor. Os empréstimos são concedidos com pagamento em *commodities*, atendendo ao interesse dos chineses, que deixam de comercializar em dólar, ou seja, moeda conversível, e dos países africanos, que muitas vezes carecem de reservas em moeda estrangeira e, caso fosse necessário, ver-se-iam impedidos de efetuar os pagamentos (Alden, 2007).

¹⁷ Do original: La France s'appuie sur les liens qu'elle a su tisser et entretenir depuis plus de 30 ans avec les partenaires de la région, notamment grâce aux différents mandats de l'opération CORYMBE, ainsi que sur son expertise et son modèle national en matière d'Action de l'État en mer (AEM). Elle accompagne ainsi la montée en puissance des marines riveraines et, dans le même temps, partage ses savoir-faire afin de permettre aux États riverains d'assurer eux-mêmes la sécurisation de leurs espaces maritimes.

Ainda, de acordo com Visentini (2022, p. 36), a atuação da China na região do Golfo da Guiné, é parte de uma estratégia mais ampla de envolvimento diplomático, econômico e militar no continente africano.

Importa destacar a incorporação da África na *Belt and Road Initiative (BRI)*. Considerada uma extensão histórica e natural da antiga rota da seda, a cooperação com os africanos no âmbito deste projeto irá gerar mais recursos, expandir o mercado, o espaço e as perspectivas para o desenvolvimento africano. A intenção é auxiliar o continente africano a superar o gargalo da infraestrutura (ferrovias, rodovias, portos e aeroportos) e acelerar seu processo de desenvolvimento econômico. Além desses aspectos econômicos, pretende-se também (como no caso da Walvis Bay na Namíbia: investimentos financeiros em portos foram seguidos por acordos militares com a Marinha do Exército de Libertação Popular [ELP]) gerar retornos geoestratégicos para a China. Entretanto, a prioridade do governo chinês (especialmente em termos geoestratégicos) dentro do continente africano ainda é a costa leste (Chifre da África), banhada pelo Oceano Índico e que atualmente conta com 5 navios de guerra e alguns submarinos navegando continuamente.

Além de cooperar militarmente no treinamento e equipamento das forças africanas para promover a estabilidade, os chineses buscam consolidar sua influência através de investimentos econômicos e acordos comerciais em pontos estratégicos da região. A participação em missões de paz em países como Costa do Marfim, Libéria, Mali e Serra Leoa destaca o papel que a China busca desempenhar na manutenção da paz e segurança no continente africano, ao mesmo tempo em que reforça suas relações diplomáticas e busca garantir o acesso a recursos estratégicos na região, como recursos minerais e petróleo (Xinfeng; Ohunyu; Mengying, 2017).

De acordo com Visentini (2022) os principais parceiros da China na costa ocidental africana são Nigéria, Angola, Costa do Marfim e Namíbia, com destaque para o setor da infraestrutura portuária e concessão de empréstimos. Além disso, Namíbia e Costa do Marfim receberam doações de equipamentos militares navais, enquanto que com a Nigéria foram realizados exercícios de combate a grupos terroristas no Delta do Rio Níger. Por fim, cabe destaque à participação chinesa na construção portuária na Costa do Marfim (Porto de Abidjan) e na Namíbia (Porto de Walvis Bay), havendo a possibilidade do estabelecimento de uma base naval em Walvis Bay, o que elevaria para outro patamar a presença chinesa no espaço sul-atlântico.

A Rússia, por sua vez, como Estado sucessor da União Soviética, intensificou as relações com os antigos parceiros africanos a partir da eleição de Putin, no início dos anos 2000. O gigante eurasiático, no entanto, não dispõe dos mesmos recursos econômicos que a China, e sua

presença no Golfo da Guiné se dá, principalmente, por meio do comércio de armamentos, fundamental para a estabilização da região, e com a inserção de empresas russa dos setores de mineração e energia como a Lukoil que está presente na região do Golfo da Guiné (Fituni; Abramova, 2010; Visentini, 2022).

O norte da atuação russa no Atlântico Sul e na costa ocidental africana é expresso em alguns documentos como “O conceito de política externa da Federação Russa” (Russian Federation, 2023) e na “Doutrina Marítima Russa” (Russian Federation, 2022), sendo que os principais parceiros da Rússia na região são Angola e África do Sul. Em sua doutrina marítima (Russian Federation, 2022, p. 8), a Rússia estabelece a importância estratégica de “áreas de passagem das comunicações de transporte marítimo mundial, incluindo as que correm ao longo do continente asiático e da costa africana”, o que elenca a região da Rota do Cabo.

Ainda, a Rússia mantém promissoras relações com Namíbia, Camarões e Nigéria, tendo auxiliado em missões de combate ao terrorismo e à pirataria, o que vai de encontro com as diretrizes estabelecidas de estabilização da região (Visentini, 2022). Apesar de estar concentrada em setores específicos, pode-se perceber uma maior presença russa na região, que tem garantido acesso à exploração dos recursos energéticos da região.

Com o começo do conflito na Ucrânia, em 2022, não houve grandes avanços tampouco o empreendimento de novas empreitadas na região, quadro que pode se reverter como um dos resultados da realização da II Cúpula Rússia-África. Mais que isso, a mudança de governo no Brasil em 2023, pode significar uma nova fase de cooperação e exercícios conjuntos das marinhas dos BRICS na região (González, 2018; Visentini, 2022).

Apesar da perda de valor estratégico ao longo dos anos 1990 e começo dos anos 2000, fica claro que a região do Atlântico Sul readquire importância estratégica frente ao surgimento de novos pólos, ou eixos, de poder. Dessa forma, podemos observar que dois dos principais atores eurasiáticos, China e Rússia, aumentam gradativamente sua presença na região a partir do estabelecimento de relações com os países da costa ocidental africana. Em conjunto com Brasil, maior país da região sul-atlântica, a RPC e a Rússia constroem o importante espaço de diálogo e cooperação dos BRICS, do qual também faz parte outro ator sul-atlântico, a África do Sul.

Como resposta ocidental, observamos que houve por parte dos EUA a reativação da IV Frota, destinada a atuar na costa americana do Atlântico Sul, e a criação do AFRICOM, destinado às ações militares na África de combate ao terrorismo. Como podemos observar no

Relatório para o Senado dos EUA, o AFRICOM aponta supostas relações entre o Grupo Wagner, organização militar privada russa, com grupos terroristas no Mali para justificar sua ação.

Os mercenários da Wagner têm sido rápidos em transformar essa turbulência em oportunidade. As operações draconianas da Wagner com seu parceiro no Mali adicionam ao custo humano do terrorismo e criam mais aberturas para grupos terroristas¹⁸ (AFRICOM, 2023, p. 7, tradução própria).

Da mesma forma, o mesmo aponta suposta presença de navios pesqueiros ilegais com relações com a China para justificar sua presença em prol do auxílio aos países da região.

Nossos navios da Marinha e da Guarda Costeira na área de responsabilidade do USAFRICOM reforçam a amizade da América com os países litorâneos, fortalecem a segurança alimentar e dissuadem crimes, incluindo a pesca ilegal, não regulamentada e não declarada ligada à República Popular da China (RPC)¹⁹ (AFRICOM, 2023, p. 17, tradução própria).

A França, por meio da *Opération Corymbe* patrulha a costa ocidental africana, e o Reino Unido, que possui presença territorial na região, mostra-se intransigente na questão das Malvinas e busca a manutenção das relações econômicas com suas antigas colônias na região por meio da *Commonwealth*. Frente a essas dinâmicas, os Estados sul-atlânticos seguem aprofundando suas relações bilaterais e buscam atribuir maior importância a antigos fóruns como a ZOPACAS (durante o início dos anos 2000) e criar novos espaços e dispositivos de cooperação.

Esses espaços, então, são construídos em nível local, como a Comissão do Golfo da Guiné (CGG) e a Adoção da Estratégia Marítima Integrada da África (2050) por parte dos membros da União Africana, ou regional, como o fórum da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), o fórum de diálogo IBAS e a Cúpula América do Sul-África. Além da construção desses espaços, as mudanças da política externa brasileira, maior país da região, tornam-se relevantes a partir dos anos 2000, resultando em um movimento por maior participação na região.

Os governos Lula (2003-2010) foram um marco na retomada das relações com o continente africano, dando-se impulso às relações Sul-Sul, tão negligenciadas na década anterior

¹⁸ Do original: “Wagner mercenaries have been quick to exploit this turmoil. Wagner's draconian operations with its partner in Mali both contribute to the human cost of terrorism and create more opportunities for terrorist groups”.

¹⁹ Do original: Our Navy and Coast Guard ships in the US AFRICOM area of responsibility strengthen America's friendship with littoral countries, enhance food security, and deter crimes, including illegal, unregulated, and unreported fishing linked to the People's Republic of China (PRC).

(Saraiva, 2012). Dessa forma, os PALOP tornam-se uma prioridade para a política externa brasileira para a África, tendo em vista o vácuo deixado por Portugal que voltou-se para a Europa, num processo natural de cooperação entre esses países e o Brasil que vinha sendo ensaiado desde a nossa independência em relação a Portugal (Penha, 2011).

Ainda, durante os governos Lula é dado um novo impulso à ZOPACAS, frente aos processos de militarização da região que foram implementados pelos Estados Unidos. Além disso, Visentini (2016) considera que a atuação brasileira nesses fóruns foi importante para lançar novas oportunidades de inserção comercial, como as negociações comerciais entre os países do Mercosul e da *Southern African Development Community* (SADC).

Por fim, a atuação diplomática multilateral demonstrada na triangulação Índia, Brasil e África do Sul (IBAS) demonstra que os países sul-atlânticos percebem a nova situação geopolítica da região, organizando-se novamente em torno dos fóruns multilaterais para garantir seus interesses e soberania plena. Mais que isso, demonstram que a possibilidade de integração do espaço do Atlântico Sul e do Oceano Índico também é uma opção frente aos novos desafios.

6 CONCLUSÃO

Este trabalho buscou analisar o significado geopolítico do Atlântico Sul e de que maneira as disputas das grandes potências influenciam as dinâmicas regionais. Para isso, construiu-se uma análise histórica que parte do século XV e culmina na atualidade, buscando considerar as principais transformações sistêmicas e regionais ocorridas durante esse período. Dessa forma, a análise inicia no contexto de construção do Sistema Mundial Moderno, abrangendo, assim, os momentos de ascensão e crise da Ordem Liberal Britânica e da Ordem Bipolar Americana, alinhando-se às análises que indicam que estamos vivendo um novo momento de crise e transição desde os anos 1990, com o fim da Guerra Fria e a dissolução da União Soviética.

Assim, a expansão europeia para o espaço sul-atlântico representa a própria inserção deste espaço nas dinâmicas mercantilistas que se desenvolviam no continente europeu. Neste primeiro momento, houve a preponderância lusitana sob os assuntos sul-atlânticos, no entanto, outros atores ascendentes passaram a competir pela supremacia marítima e controle das rotas comerciais, o que acaba atingindo a geopolítica regional. Dessa maneira, as invasões franco-batavas nas colônias portuguesas e o estabelecimento por parte da Companhia Holandesa das Índias Orientais da Colônia do Cabo, na África austral, alteram as dinâmicas de poder a nível sistêmico e regional.

Os britânicos se mostraram hábeis na maneira como se inseriram no Atlântico Sul, articulando uma série de acordos comerciais que foram eficazes para uma investida não militar na região, atuando pela via diplomático-comercial que, a longo prazo, possibilitou o domínio sobre esse espaço. Com isso, o controle lusitano sobre a região reduziu gradualmente. Apesar disso, a transferência da máquina estatal portuguesa para o Brasil em 1808, no contexto das Guerras Napoleônicas, representa a última tentativa lusitana de restabelecer sua antiga posição na região, que se limitará, a partir da independência do Brasil, à presença nas colônias africanas.

Assim, observa-se a primeira sequência de independências que vão representar a inserção de novos atores nas dinâmicas do Atlântico Sul. Com isso, percebe-se que a disputa das principais potências da época em busca da hegemonia teve impacto direto na geopolítica da região, levando à descolonização da maior parte da América do Sul e dotando o Atlântico Sul, pela primeira vez, de Estados modernos independentes em uma de suas margens. A presença destes novos atores, então, passou a representar um obstáculo à consolidação da ascendência

britânica sobre a região, levando ao fim do tráfico transatlântico de escravizados que representava a principal conexão entre o Império Brasileiro e as colônias portuguesas e reinos independentes da costa ocidental africana.

Após o fim do desafio napoleônico e consolidação da Ordem Liberal Britânica as disputas pela presença no Atlântico Sul reduziram em razão da preponderância britânica. No entanto, uma série de acontecimentos levaram ao gradual enfraquecimento do hegemon frente à expansão do sistema, levando assim ao aumento pela disputa na região, dessa vez na margem africana que, sob a fase imperialista de expansão do sistema, verá a construção de impérios coloniais europeus no continente africano e o rompimento das relações entre o Brasil e a costa ocidental africana, que perdurará por aproximadamente um século.

O período das duas Guerras Mundiais representou o momento de crise da Ordem Britânica e transição para a ascensão da Ordem Bipolar Americana, registrando novamente o aumento das disputas pela presença na região do Atlântico Sul. Mais que isso, o impacto que as grandes guerras terão sobre a capacidade de projeção de poder da Europa é significativo, representando o fim dos impérios coloniais, inserindo no Atlântico Sul novos atores regionais e possibilitando a retomada das relações entre as duas margens do oceano a partir do impulso nos contatos bilaterais e construção de diálogos multilaterais.

Durante o período da Guerra Fria verificou-se a retomada gradual das relações entre o Brasil e os países africanos, caracterizando-se pela retomada das relações sul-atlânticas e pelo temor ocidental de que os soviéticos conseguissem se inserir na região. A presença de atores extrarregionais, no entanto, não deixou de existir e esteve, também, inserida na lógica da bipolaridade. O Reino Unido seguiu presente na região por meio de seus domínios insulares no Atlântico Sul, o que colidia com os objetivos geopolíticos da Argentina, culminando na Guerra das Malvinas em 1982.

Apesar das consequências negativas para a Argentina, o conflito representou um impulso nas dinâmicas de integração da região, culminando na constituição da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul. Com isso, a região passa a estar articulada, em torno de um fórum cujos principais objetivos são a manutenção da paz na região e o desenvolvimento econômico. Apesar dos esforços regionais, o desmantelamento da União Soviética e o fim da Ordem Bipolar vão representar um novo momento de disputas das grandes potências para se fazerem presentes na região.

Assim, apesar da perda de valor estratégico ao longo dos anos 1990, a região do Atlântico Sul readquire importância estratégica frente ao surgimento de novos eixos de poder. Dessa forma, podemos observar que dois dos principais atores eurasiáticos, China e Rússia, aumentam gradativamente sua presença no espaço sul-atlântico a partir do estabelecimento de relações com os países da costa ocidental africana, inserindo-se na região pela via comercial-diplomática. Frente a isso, as potências ocidentais incrementam sua presença militar na região, calcadas no discurso de combate à pirataria e ao terrorismo que aumentou gradativamente na costa ocidental da África, principalmente na região do Golfo da Guiné, rica em diversos recursos minerais e energéticos. Essas estratégias ficam claras com a reativação da IV Frota dos EUA, a constituição do AFRICOM, a construção do *Global Britain*, estratégia britânica de projeção de poder mundial após a saída do Reino Unido da União Europeia, e a série de intervenções político-militares que terão como palco a costa ocidental africana e serão encabeçadas, principalmente, por EUA, Reino Unido e França.

Desta maneira, o fortalecimento do multilateralismo regional constitui-se como o mecanismo mais eficaz de preservação dos interesses dos Estados da região do Atlântico Sul, que seguem aprofundando suas relações bilaterais e buscam, já no começo dos anos 2000, impulsionar antigos fóruns como a ZOPACAS e criar novos espaços e dispositivos de cooperação, como a Comissão do Golfo da Guiné. Mais que isso, a busca pela integração econômica em ambos os continentes e coordenação conjunta no âmbito político e estratégico-militar, como o Conselho de Defesa Sul-americano no âmbito da União das Nações Sul-Americanas (UNASUL) e o Conselho de Paz e Segurança da União Africana (UA).

Com isso, entende-se que a disputa entre as grandes potências influencia diretamente as dinâmicas sul-atlânticas, havendo novas disputas na região sempre que não há uma Ordem. Mais que isso, fica evidente que as dinâmicas geopolíticas regionais se complexificaram com a criação de Estados modernos regionais que passam a ter seus próprios interesses estratégicos. Assim, estabelece-se como futura agenda de pesquisa em nível de pós-graduação o aprofundamento do estudo da presença das grandes potências na região no pós Guerra Fria, sofisticando-se o debate teórico e analisando detalhadamente como essas novas dinâmicas afetam a região, abordando temas que este trabalho não pode se aprofundar, como as questões de desenvolvimento nuclear dos Estados regionais (desenvolvimento de submarino brasileiro) e como as dinâmicas do continente antártico e do oceano Índico influenciam na geopolítica regional.

REFERÊNCIAS

- ACTO Geral da Conferência Internacional de Bruxelas Para Pôr Termo Ao Tráfico de Escravos. 1890. Disponível em: <https://www.fd.unl.pt/anexos/investigacao/1391.pdf>. Acesso em: 26 dez. 2023.
- ALDEN, Chris. **China in Africa**. London: Zed Books, 2007.
- ALENCASTRO, Luiz Felipe de. A Economia Política dos Descobrimentos Portugueses. *In*: Adauto Novaes (org.), **A Descoberta do Homem e do Mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 193-208.
- ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul**. São Paulo: Companhia das Letras: 2000.
- ANDERSON, Perry. **Linhagens do Estado Absolutista**. São Paulo: Editora Unesp, 2016.
- ARRIGHI, Giovanni. **O longo século XX: dinheiro, poder e as origens do nosso tempo**. Editora Unesp, 1996.
- ARRIGHI, Giovanni. **Adam Smith em Pequim: origens e fundamentos do século XXI**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.
- ARRIGHI, Giovanni; SILVER, Beverly J. **Caos e governabilidade no moderno sistema mundial**. Contraponto/Editora UFRJ, 2001.
- BARONE, João Alberto. **1942: O Brasil e sua guerra quase desconhecida**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2013.
- BAUSS, R. Rio de Janeiro: strategic base for the global design of the british royal navy (177-1815). *In*: CRAING, L. S. (Org.). **The new aspects of naval history**. Annapolis: Naval Institute Press, 1981.
- BENNET, Geoffrey. **The Battles of Coronel and the Falklands (1914)**. Barnsley: Pen & Sword, 2014.
- BENY, Eduardo. **A nova geopolítica do petróleo: do Golfo Pérsico ao Golfo da Guiné**. Novo Imbondeiro, 2007.
- BECKER, B; EGLER, C. **Brasil: uma nova potência regional na economia-mundo**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1993.
- BOLETIM GEOCORRENTE. **Edição Especial: ZOPACAS (2021)**. Boletim Geocorrente: n.2, outubro de 2021. Rio de Janeiro, 2021.
- BUTEL, Paul. **Histoire de l'Atlantique: de l'antiquité à nos jours**. Paris: Perrin, 1997.

- BUTTS, K; THOMAS, P. **The geopolitics of Southern Africa**. London: Westview Press, 1986
- BRASIL. Presidência da República. Decreto Nº 19.841, de 22 de outubro de 1945 que promulga a Carta das Nações Unidas. Rio de Janeiro, 1945.
- CARRERAS, J. **Introducción a la Historia Contemporánea**. Madrid: Ediciones Istmo, 1985.
- CASTRO, Therezinha; DELGADO DE CARVALHO, Carlos Miguel. A questão da Antártica. *In: Revista do Clube Militar*. Rio de Janeiro, n. 142, 1956.
- CASTRO, Therezinha. **Rumo à Antártida**. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1976.
- CASTRO, Therezinha. **Atlântico Sul: Geopolítica e Geoestratégia**. Rio de Janeiro: ESG, 1997.
- CORADINI, Luiz Fernando. **Projeção do Poder Nacional brasileiro no Atlântico Sul: a cooperação técnica militar Brasil - África**. Orientadora: Dra. Analúcia Danilevicz Pereira. 2022. 293 f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Militares, Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <https://bdex.eb.mil.br/jspui/handle/123456789/10154>. Acesso em: 26 dez. 2023.
- COSTA E SILVA, Alberto da. **Um rio chamado Atlântico**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2022.
- CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. **História da política exterior do Brasil**. Brasília: Editora da UnB, 2022.
- COUTAU-BÉGARIE, Hervé. **Géostratégie de l'Atlantique Sud**. Paris: PUF, 1985.
- DAVIS, Mike. Imperialismo Nuclear e Dissuasão Extensiva. *In: THOMPSON, E. et al. Exterminismo e Guerra Fria*. São Paulo: Brasiliense, 1985. p. 58-97.
- ENCYCLOPEDIA BRITANNICA. **Falkland Islands War**. 2023. Disponível em: <https://www.britannica.com/event/Falkland-Islands-War>. Acesso em: 01 jan. 2024.
- FAUSTO, Boris. **História concisa do Brasil**. São Paulo: Edusp, 2018.
- FERRIS, J; MAWDSLEY, E. **The Cambridge History of the Second World War**. Cambridge: Cambridge University Press, 2015.
- FITUNI, Leonid; ABRAMOVA, Irina. **Resource Potential of Africa and Russia's National Interests in the XXI Century**. Institute for African studies. Russian academy of sciences, 2010.
- FOSSAERT, Robert. **O mundo no século XXI: uma teoria dos sistemas mundiais**. Lisboa: Instituto Piaget, 1991.
- FRAGA, J. **La Argentina y el Atlántico Sur**. Buenos Aires: Instituto de Publicaciones Navales, 1983.

GALLOIS, P. **Géopolitique: les voies de la puissance**. Paris: Economica, 1990.

GONZÁLEZ, Yoslán Silverio. **África Occidental: crisis vs estabilidad política**. Livraria Palmarinca, 2018.

GRAMSCI, Antonio. **Cartas de la cárcel**. Ediciones Era, 2003.

HOBBSAWM, Eric. **Industry and Empire: An Economic History of Britain since 1750**. Londres: Weidenfeld & Nicolson, 1968.

HOBBSAWM, Eric. **Era dos Extremos: O breve Século XX (1914- 1991)**. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.

HOBBSAWM, Eric. **A Era do Capital (1848 - 1875)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2023.

KENNEDY, Paul. **Ascensão e Queda das Grandes Potências: transformação econômica e conflito militar de 1500 a 2000**. Rio de Janeiro: Campus. 1991.

KHAN LEARNING. **Presença Europeia no Atlântico Sul em 1750**. n.d. Disponível em: <http://khanlearning.weebly.com/exploration-c-1450-c-1750.html>. Acesso em: 26 dez. 2023.

KORNEGAY, Francis. Africa, the South Atlantic and the IBSA-BRICS equation: the transatlantic space in transition. **Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais**, Porto Alegre, RS, v. 2, n. 3, p. 77-106, jan.- jun. 2013.

KRIPPENDORFF, Ekkehart. **História das Relações Internacionais**. Lisboa: Antídoto, 1979.

LACOSTE, Yves. **Dictionnaire de Géopolitique**. Paris: Flammarion, 1995.

LÊNIN, Vladimir Ilitch. **Imperialismo, estágio superior do capitalismo**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2021.

LHAVER, M. **Atlantico Sur**. Buenos Aires: CEIA, 1981.

LHAVER, M. La incidencia del conflicto Malvinas en el subsistema del Atlantico Sur. **Geopolítica**, v. 20, n. 28, 1984.

MANDEL, Ernest. **O Significado da Segunda Guerra Mundial**. São Paulo: Ática, 1989.

MARTINS, Luciana; ABREU, Maurício. Paradoxos da Modernidade: o Rio de Janeiro do período joanino (1808-1821). In: Edésio Fernandes; Márcio Moraes Valença (orgs.). **Brasil Urbano**. Rio de Janeiro: Mauad, 2004.

MAQUIAVEL, Nicolau. **O príncipe: Escritos políticos**. 2014.

MAXIMIANO, C; BONALUME, R. **Brazilian Expeditionary Force in World War II**. Oxford: Osprey Publishing, 2011.

MCNALLY, Michael. **Coronel and Falklands (1914)**: Duel in the South Atlantic. Oxford: Osprey Publishing, 2012.

MEARSHEIMER, John J. Bound to Fail. The Rise and Fall of the Liberal International Order. In: **International Security**, Vol. 43, N° 4 (Spring, 2019).

N'KRUMAH, Kwame. **Neocolonialismo, último estágio do imperialismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

NWOKE, C; OKWUCH, D. Nigeria Maritime Policy. In: MILLS, G. (org.). **Maritime policy for developing nations**. Johannesburg: SAIIA, 1995

OGWU, Joy. Nigeria and Brazil: a model for the emerging south-south relations? In: ARLSSON, Jeker (ed.). **South-South relations in a changing world order**; Uppsala: Scandinavian Institute of African Studies, 1982.

OLIVEIRA, J. M. A. O Atlântico Sul no século XIX: uma abordagem estratégica. **Stvdia**, Lisboa, n. 52, 1994.

PENHA, Eli Alves. **Relações Brasil-África e geopolítica do Atlântico Sul**. Salvador: EDUFBA, 2011.

PEREIRA, Analúcia Danilevicz. O Atlântico Sul, a África Austral e a América do Sul: cooperação e desenvolvimento. **Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais**, Porto Alegre, RS, v. 2, n. 4, p. 33-47, jul.-dez. 2013.

PEREIRA, Analúcia Danilevicz. O Atlântico Sul, a África Austral e o Brasil: Cooperação e Desenvolvimento. In: VISENTINI, Paulo Gilberto Fagundes; MIGON, Eduardo Xavier Ferreira Glaser; PEREIRA, Analúcia Danilevicz. **A (in) segurança da África e sua importância para a Defesa do Brasil**. Porto Alegre: NERINT-UFRGS/LED/ECEME, 2016. p. 59-78.

PEREIRA, Analúcia Danilevicz; SARDO, Igor Estima. Os ciclos sistêmicos de acumulação na obra de Giovanni Arrighi: a crise de 2008, o fim da hegemonia norte-americana e a posição da China.. **Austral – Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais**, v.11, n. 21, p. 9-40, 2022.

POLANYI, Karl. **A grande transformação**. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

RÉPUBLIQUE FRANÇAISE. **Ministère des Armées: dossier de presse sur l'Opération Corymbe**. Paris, 2021.

RODRIGUES, José Honório. **Brasil e África: outro horizonte**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964.

RUAS SANTOS, F. O Brasil nas Batalhas do Atlântico. **A Defesa Nacional**, n. 722, 24 jun. 2020.

RUSSIAN FEDERATION. **Russian Maritime Doctrine**. Moscow, 2022.

RUSSIAN FEDERATION. **The Concept of the Foreign Policy of the Russian Federation**. Moscow, 2023.

SARAIVA, José Flávio Sombra. **África parceira do Brasil atlântico: relações internacionais do Brasil e da África no início do século XXI**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.

SCHMIDT, Elizabeth. **Foreign intervention in Africa**. From the Cold War to the War on Terror. Cambridge: Cambridge University Press, 2013.

SEA NEWS. **Canal de Suez atrai mais tráfego do Canal do Panamá devido a atrasos na ampliação das eclusas**. 2013. Disponível em: <https://www.seanews.com.tr/suez-canal-attracts-more-traffic-from-panama-canal-due-to-delays-in-enlarging-locks-drewry/115355/>. Acesso em: 26 dez. 2023.

SWEEZY, Paul. **La transición del feudalismo al capitalismo**. Madrid: Editorial Ciencia Nueva, 1968.

THOMPSON, Nathan; MUGGAH, Robert. **The Blue Amazon: Brazil Asserts Its Influence Across the Atlantic**. Instituto Igarapé, 2015. Disponível em: <https://igarape.org.br/the-blue-amazon-brazil-asserts-its-influence-across-the-atlantic/>. Acesso em: 01 dez. 2024.

TODD, Emmanuel. **Après l'empire**. Paris: Gallimard, 2004.

U.S AFRICA COMMAND (AFRICOM). **African Security In A Global Context**: Statement Of General Michael E. Langley, United States Marine Corps Commander, Before The U.S Senate. Washington, 2023.

UZOIGWE, Godfrey. Partilha europeia e conquista da África: apanhado geral. In: Albert Adu Boahen (Org.). **História Geral da África VII: África sob dominação colonial (1880-1935)**. Brasília: UNESCO, 2010.

VIANNA FILHO, A. **Estratégia Naval Brasileira**. Rio de Janeiro: BIBLIEX, 1995.

VIDIGAL, Armando Amorim Ferreira. **A evolução do pensamento estratégico naval brasileiro**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1985.

VIEGAS FILHO, José. **A Segurança do Atlântico Sul e as Relações com a África**. Brasília: FUNAG, 2016.

VIGARIE, A. **Géostratégie des océans**. Caen: Paradigma, 1990.

VISENTINI, Paulo Fagundes. **A política externa do regime militar brasileiro: multilateralização, desenvolvimento e construção de uma potência média (1964 - 1985)**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

VISENTINI, Paulo Fagundes. **A África na política internacional: o sistema interafricano e sua inserção mundial**. Curitiba: Juruá, 2010.

VISENTINI, Paulo Fagundes; PEREIRA, Analúcia Danilevicz. **História Mundial Contemporânea (1776-1991): Da independência dos Estados Unidos ao colapso da União Soviética**. Brasília: FUNAG, 2010

VISENTINI, Paulo; Equipe CEBRAFRICA. **A África e as Potências Emergentes. Nova partilha ou Cooperação Sul-Sul**. Porto Alegre: Leitura XXI, 2013.

VISENTINI, Paulo Fagundes; RIBEIRO, Luiz Dario Teixeira; PEREIRA, Analúcia Danilevicz. **História da África e dos africanos**. Petrópolis: Editora Vozes, 2014.

VISENTINI, Paulo Fagundes. **A relação Brasil-África: prestígio, cooperação ou negócios**. Rio de Janeiro: Alta Books, 2016.

VISENTINI, Paulo Gilberto Fagundes; MIGON, Eduardo Xavier Ferreira Glaser; PEREIRA, Analúcia Danilevicz. **A (in) segurança da África e sua importância para a Defesa do Brasil**. Porto Alegre: NERINT-UFRGS/LED/ECEME, 2016.

VISENTINI, Paulo Gilberto Fagundes. Eixos do poder mundial no Século XXI: uma proposta analítica. In: **Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais**, v.8, n.15, Jan./Jun. 2019.

VISENTINI, Paulo Gilberto Fagundes. **O Desafio do Oriente na Crise do Ocidente: Estudos sobre a conjuntura e a estrutura (2019-2021)**. Porto Alegre, RS: Instituto Sul-Americano de Política e Estratégia (ISAPE), 2022.

VISENTINI, Paulo Gilberto Fagundes. **O mundo pós-Guerra Fria, Guerra ao Terror e Multipolarização**. Porto Alegre: Leitura XXI, 2005.

XINFENG, Li; CHUNYU, Zhang; MENGYING, Zhang. China's role in peace and security cooperation in the Gulf of Guinea region. **China Int'l Stud**, vol. 66, 2017.

WALLERSTEIN, Immanuel. **O Sistema Mundial Moderno II: O mercantilismo e a consolidação da economia-mundo europeia, 1600-1750**. Porto: Edições Afrontamento 1974.

WALLERSTEIN, Immanuel. **El moderno sistema mundial**. México: Siglo XXI, 1979.

WALLERSTEIN, Immanuel. **Capitalismo histórico e civilização capitalista**. Contraponto Editora, 2001.

WALLERSTEIN, Immanuel. **O declínio do poder americano: os Estados Unidos em um mundo caótico**. Contraponto, 2004.

WALLERSTEIN, Immanuel. **The Politics of Independence and Unity**. Lincoln/London: University of Nebraska Press, 2005.

WALLERSTEIN, Immanuel. A Doutrina Bush: um ensaio interpretativo. *In*: VIZENTINI, Paulo Gilberto; WIESEBRON, Marianne (orgs.). **Neohegemonia americana ou multipolaridade: pólos de poder e sistema internacional**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.